

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2022**

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se non Salão Paroquial de Valdigem, União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, Município de Lamego, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 21.06.2022-----

ABERTURA -----

O **Presidente da Assembleia**, Ricardo Jorge Morgado da Costa, presidiu à sessão que teve início às 10.15 horas, tendo a mesa sido constituída pelo senhor Presidente da Assembleia e pela 1.ª Secretária Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, dado a ausência do 2.º Secretário Carlos Manuel Almeida Loureiro.-----

PRESENCAS -----

Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, José Manuel Lourenço Correia, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Alita Maria de Jesus Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Josefa da Conceição Tomeno Fernandes Pinto em substituição de Carlos Manuel Almeida Loureiro, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, António Manuel Ferreira Penela, Viriato Pina de Lemos, Constantino José da Costa Vaz, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Milene Daniela da Fonseca Geadá, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Samuel José Moreira Martins em substituição de Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, secretária da Junta de Freguesia de Avões em substituição do seu Presidente e os senhores Presidentes de Juntas de Freguesia Britiande, Cambres, Ferreirim, Ferreiros de Avões, Figueira, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Lalim em substituição do seu Presidente, Lamego (Almacave e Sé), Lazarim, Penajóia, Penude, Samodães, Sande, União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões, União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, Várzea de Abrunhais e Vila Nova de Souto D'El Rei-----

AUSÊNCIAS -----

O **Presidente da Assembleia** justificou as faltas dos membros Carlos Manuel Almeida Loureiro, Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela e dos Presidentes de Juntas de Freguesia de Avões e de Lalim.-----

1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se ao público presente, o **Presidente da Assembleia**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não tendo havido nenhuma inscrição.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Interveio o **Presidente da Assembleia** para agradecer à União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, pela simpatia que tiveram em acolher hoje, a realização da Assembleia Municipal descentralizada.-----

Informou que a mesa, nesta sessão, terá apenas dois elementos, em virtude da ausência justificada do 2.º Secretário, portanto, nos termos do regimento, caso haja um impedimento de um dos secretários, a mesa funciona com os elementos restantes, portanto é com a atual composição que irá funcionar a Assembleia Municipal de hoje.

Interveio o **Presidente da União de Freguesia de Parada do Bispo e Valdigem**, para dizer que, obviamente que, está aqui a receber esta sessão da Assembleia, respondendo a um convite feito pelo Presidente da Assembleia, no qual a União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem não poderia dar outra resposta, que não fosse uma resposta positiva. Uma resposta positiva para ficar claro, naturalmente, que enquanto União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, estão, naturalmente, de mãos dadas com o Município, no que toca às boas relações, relações cordiais, e dar aqui um contributo, para aquilo que acha que é o caminho da democracia e daquilo que deve ser a boa prática entre instituições.-----

Afirmou que não era aqui, embora este espaço seja extraordinário, não era aqui pretendia receber esta Assembleia, era na sede de junta. Infelizmente, por razões várias, não é possível, tanto ao nível da dimensão das mesmas, como de uma série de situações que é do conhecimento público, ela nem sequer ainda são pertença da União de Freguesias, estão cedidas através de um contrato de comodato pela Câmara Municipal, espera que, com a boa vontade do Presidente da Câmara, essa situação e outras se venham a resolver. -----

Agradeceu a cedência deste espaço ao Conselho Económico Paroquial de Valdigem, na pessoa do seu Presidente Padre Melo.-----

Disse também que está aqui e está-se aqui, no sentido de mostrar que as pessoas de Parada do Bispo e neste caso em particular de Valdigem sabem receber bem, e portanto, quer que esta sessão corra bem, espera que as pessoas se sintam bem, desfrutem deste dia, dentro das condições que lhes são proporcionadas.-----

Quer aproveitar esta oportunidade para registar e colocar uma questão ao Presidente da Câmara, dizendo que gostaria de saber qual a intenção efectiva do Município, na pessoa do seu Presidente, em relação à questão das verbas provenientes da venda das escolas, relativamente à devolução, como foi dito em campanha eleitoral, a esta União de Freguesias. Ou então ainda vai mais longe, se o Presidente da Câmara achar que a questão financeira pode ser um bocadinho mais difícil de resolver, faz-lhe já aqui, em nome da população de Valdigem, um desafio no sentido de ficarem com o dinheiro e devolva ao valdigenses o que é de Valdigem, atribuindo a cedência definitiva do lugar das escolas, onde está a sede da Junta de Freguesia e o lugar onde

está situado o terreno do esqueleto. Bem sabe que o Presidente da Câmara irá também dizer, e tem conhecimento disso, a população também tem, de que houve, face a anteriores mandatos algumas ingerências neste assunto, que concluíram em algumas dívidas que foram pagas pelo Município. Dizer também que foram pagas pelos valdigenses. Por aquilo que sabe a verba que vinha para esta União de Freguesias era deduzida, de certa maneira, para que tal dívida fosse paga. Acha que se devia, de uma vez por todas, encerrar esse assunto, dizer basta, dar aos valdigenses o que é de Valdigem, no sentido de a freguesia fazer o seu caminho, dar aos valdigenses aquilo que eles merecem. -----

Para terminar e em relação a este espaço, que é do Conselho Económico, pois já enviou um email ao executivo, o Presidente da Câmara também se mostrou disponível para abordar a situação em conjunto com o respetivo Conselho Económico, para se criarem condições à volta deste magnífico edifício, no sentido de o apetrechar com cozinha, com casa de banho, com acessos, para se poder, futuramente, proporcionar aqui determinadas atividades e poder-se acolher aqui vários eventos, desenvolver determinados projetos, que considera ser importantes.-----

Disse haver aqui imensos projetos, admite que não podem ser todos concluídos, conforme era desejável, mas a questão primeira que colocou, era muito importante, porque como se sabe têm aqui algumas ideias para levar a cabo, algumas obras para a maior felicidade dos valdigenses, há um ou outro, se calhar ficam tristes, por esta Junta fazer alguma coisa, mas esses têm que se resignar à maioria do povo, que é o bem para Valdigem e Parada do Bispo.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que é com grande satisfação que participa nestas Assembleias Municipais descentralizadas, fora da sede do concelho e muito especialmente, nas freguesias, onde habitualmente, este tipo de evento que envolve a presença da Câmara Municipal numa relação mais próxima com a freguesia e os órgãos da freguesia, não é tão frequente. E por isso, Valdigem é uma freguesia, como aqui referiu já o Presidente de Junta de Freguesia, tem problemas próprios, específicos, que têm uma história, que têm um legado que vem de há muito tempo atrás. -----

Mas é também uma freguesia que tem imensas potencialidades, desde logo, as potencialidades vinhateiras, a potencialidade urbana da própria vila, um potencial turístico inegável, pela sua exposição paisagística, e pela existência de um conjunto muito significativo de quintas, com produção vinícola e com um turismo que se destaca, de alguma forma, nesta frente ribeirinha do Douro. -----

Disse que teve o prazer de estar aqui num roteiro às adegas, de visitar diversas adegas que se abrem ao público. E de ver, não apenas, as que já têm muitas condições e que estão a preparar-se para receber turistas para vender o seu vinho, aqui à porta com mais-valia. Mas também, adegas puramente tradicionais, instaladas sobre a habitação do proprietário, e que fazem também essa abertura e participam

numa dinâmica que é muito importante, de mostrar Valdigem, como uma freguesia com potencial, e não apenas uma freguesia com problemas. -----

Relativamente aos problemas que têm que resolver, tem-se, efetivamente, um conjunto de obras inacabadas no esqueleto. Tem-se uma questão relativa à titularidade e ao uso da escola nova. Tem-se o problema da escola antiga que está, neste momento, em tribunal. Quer dizer aos valdigenses que levará até às últimas consequências a defesa dos interesses do Município nesse processo de venda, porque isso é também a defesa dos interesses dos valdigenses. Tem-se este equipamento onde se realiza esta Assembleia, que é um equipamento como se vê, tem condições de utilização ainda bastante limitadas, fez-se há meia dúzia de anos este acesso que permitiu aceder aqui com viaturas, de resto só tinha acesso pelas escadas, o que o tornava ainda mais limitativo,-----

Portanto, começando pelo fim, relativamente ao salão paroquial, já houve duas reuniões com a Fábrica da Igreja, está-se a aguardar que seja apresentado o projeto de beneficiação daquilo que aqui pretendem fazer e a estimativa de custos. Muito brevemente, celebrar-se-á um protocolo de colaboração técnica e financeira para ajudar a dar mais dignidade e condições de utilização deste espaço. Como de resto, se fez, muito recentemente, com a paróquia de Sande, também para a construção do seu centro paroquial. -----

Este centro paroquial será sempre um equipamento de apoio a um conjunto de atividades da paróquia, mas também a um conjunto de atividades de toda a freguesia. Já em relação às escolas, tem-se um acordo entre a Junta de Freguesia e a Associação dos Amigos de Valdigem, sendo que, todo o espaço disponível está a cargo da Junta de Freguesia de Valdigem, compete a esta Junta de Freguesia definir a sua utilização, eventualmente, partilha-lho com outras associações ou outras coletividades que estejam na freguesia. A Câmara terá que dar o seu acordo.-----

No que concerne ao esqueleto e àquele terreno envolvente, efetivamente, a Câmara Municipal, já o disse muitas vezes, que é proprietária daquele espaço, apenas porque foi uma necessidade, face às penhoras que pendiam sobre aquele imóvel, por dívidas anteriores. O Presidente de Junta, na altura, pediu à Câmara para pagar as dívidas e ficar com o imóvel, como contrapartida por esse pagamento, mas também para o proteger de penhoras posteriores. Não foi uma vontade do Município, esta situação foi uma inevitabilidade. Na altura, o Presidente da Câmara sugeriu, para que o deixassem penhorar, deixassem alguém comprar aquele espaço e dar-lhe um uso, e o Município arranjará condições nas escolas ou noutro sítio, para criar os equipamentos que Valdigem precisa. Na altura o Presidente de Junta fez muita pressão para que aquele património não saísse da esfera pública, do Município, uma vez que a Junta de Freguesia não o podia manter. E portanto, neste momento, tem-se esse problema para resolver, e ele pode ser resolvido de duas maneiras: ou pela Câmara ou pela Junta de Freguesia. -----

Afirmou que senhor Presidente da Junta fez aqui um desafio, relativamente ao dinheiro da venda das escolas, Presidente da Câmara disse que o dinheiro seria devolvido aos valdigenses, ou seja, investido na freguesia.-----

Afirmou que a posse das escolas e do terreno do esqueleto, pela Junta de Freguesia, pode ser uma solução, mas convinha que a Junta de Freguesia ponderasse, se depois tem capacidade financeira necessária, para dar seguimento a projetos que exigem muito dinheiro. E sabe-se que a Junta de Freguesia de Valdigem tem hoje uma situação financeira muito boa, comparativamente com aquilo que era no passado, quer em termos de não ter dívidas muito significativas, quer em termos de ter uma receita em transferias do Orçamento de Estado (FEF) e de delegação de competências, mais o adicional ao FEF, que é muito simpático, que anda na ordem dos dez mil euros por mês. Portanto tem capacidade financeira pra resolver problemas do dia-a-dia, e até para abalancar alguns investimentos futuros. Mas, se se fizerem contas, dez mil euros por mês, num mandato de quatro anos não chega a meio milhão de euros, se deduzirem as despesas do dia-a-dia, perguntou quanto é que fica para investimento efectivo, por exemplo, num equipamento como o do esqueleto. É necessário ponderar essa situação, mas quer responder ao Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem e aos valdigenses, que se irá, naturalmente, responder positivamente, a todas as questões que lhe são colocadas em relação ao património, que é da Câmara e que está em Valdigem, e que pode ficar ao serviço dos valdigenses, directamente pela Câmara ou através da Junta de Freguesia, bem assim a todo um conjunto de necessidades, já não fala aqui das estradas, dos arruamentos, dos caminhos rurais, questões de água e saneamento, que ainda faltam na freguesia, obviamente, terão que ser objecto de um trabalho quotidiano, que se irá fazer em conjunto.-----

Usou da palavra **o Presidente da Assembleia** para dizer que o Município de Lamego perdeu, neste mês e meio, dois trabalhadores Augusto Pereira Gonçalves e Manuel Fernandes Rua e pela memória destes dois colaboradores do Município pediu à Assembleia que fizesse um minuto de silêncio, o qual foi respeitado por toda a Assembleia.-----

De seguida afirmou ainda que deu entrada na mesa da Assembleia dois votos de pesar e uma proposta de moção.-----

Referindo-se aos votos de pesar, que são sempre momentos tristes e delicados, porque são pessoas que dizem muito ao Concelho de Lamego, e a quem se deve prestar essa homenagem, por isso pediu ao membro Ana Branca Carvalho que apresentasse o voto de pesar, que se transcreve na íntegra, em memória do Dr. Álvaro Manuel Teixeira Bonito. -----

Assim interveio o membro **Ana Branca Carvalho** para dizer que, efetivamente, já houve uma deliberação do executivo camarário, relativamente à pessoa que se vai aqui mencionar e cujo voto de pesar vai apresentar. Disse ainda que o executivo

camarário accionou tudo um processo de menção honrosa relativamente ao Dr. Álvaro Bonito, mas é importante também que não se perca na memória aquilo que representou esta pessoa para Lamego.-----

“O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Lamego um voto de pesar pelo falecimento de Álvaro Manuel Teixeira Bonito, um homem de referência no ensino superior e em toda a academia, ocorrido no passado dia 5 de Maio de 2022.-----

Nascido a 8 de fevereiro de 1958, em S. Pedro do Sul, Álvaro Manuel Teixeira Bonito foi docente, dirigente, Provedor do Estudante, a sua competência profissional fica gravada na história do IPV, numa louvável coexistência de valor e simplicidade.-----

Licenciado em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Mestre em “Activação do Desenvolvimento Psicológico” pela Universidade de Aveiro, o professor Álvaro Bonito desempenhou múltiplas funções dirigentes no Instituto Politécnico de Viseu. Destacam-se os seguintes cargos: Membro do Conselho Geral do IPV; Vice-Presidente da ADIV (Associação para o Desenvolvimento da Investigação de Viseu); Coordenador do Pólo em Lamego - da Escola Superior de Educação de Viseu; Vice-Presidente do Conselho Diretivo e depois Diretor da Escola Superior de Tecnologia de Lamego (ESTGL), que fundou em 1999. Foi o grande mentor do ensino superior em Lamego e na região do Douro sul.-----

A sua disponibilidade e palavra amiga junto dos alunos, como, de resto, perante toda a comunidade académica, marcaram o cargo de Provedor do Estudante, que exerceu a partir de 2018 e para o qual foi reconduzido em 2021. Uma “colaboração ativa” para “fazermos do nosso Instituto a instituição de referência que todos desejamos”. Palavras dirigidas aos estudantes do Instituto Politécnico de Viseu e da Escola Superior de Gestão de Lamego e que permanecerão, certamente, na mente de todos os que com ele lidaram.-----

Foi um dos mentores da formação de ativos e dos complementos de formação, permitindo que muitos tivessem a oportunidade de concluir a sua formação superior.

Foi membro desta assembleia municipal.-----

A sua preocupação social e a gestão das organizações, foram os grandes pilares dos cursos que a ESTGL nesta região – as pessoas eram a sua prioridade.-----

Lamego era a sua casa a academia a sua família”.-----

De seguida, indagou todos os líderes da Assembleia Municipal, para sugerir, que este voto emanasse de toda a Assembleia Municipal, sugestão aceite por todos os líderes dos grupos municipais.-----

Não havendo nenhuma intervenção, de imediato colocou à votação este voto de pesar, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, e o seu endosso à Sua Exma. Família.-----

Deliberação: Aprovado por unanimidade.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para informar, que há um segundo voto de pesar, uma proposta da mesa da Assembleia, concretamente do Presidente da Assembleia, sobre o falecimento do senhor Dr. António Guimarães, que passou a ler e se transcreve na íntegra:-----

“Considerando a morte do médico António Guimarães, proponho à Assembleia Municipal de Lamego que se digne aprovar um voto de pesar com os seguintes pressupostos:-----

António Guimarães foi um cidadão e um artista, com um elevado espírito de serviço, que colocou muito de si nas várias funções que desempenhou.-----

Ao longo da sua vida, na sua atividade profissional quer como médico no Hospital de Lamego quer como médico e Diretor do Centro de Saúde, sempre esteve ao lado dos seus doentes, apoiando, de igual forma, amigos e anónimos.-----

António Guimarães foi também um lutador pela afirmação da dinamização cultural local. Homem de múltiplos interesses, era a música que o preenchia e era através dela que procurava influenciar aqueles que com ele se cruzavam.-----

Com uma profunda ligação ao concelho de Lamego, ficará certamente na memória de muitos, por muito tempo”-----

De seguida, indagou todos os líderes da Assembleia Municipal, para sugerir, que este voto emanasse de toda a Assembleia Municipal, sugestão aceite por todos os líderes dos grupos municipais”.-----

Não havendo nenhuma intervenção, de imediato colocou à votação este voto de pesar, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, e o seu endosso à Sua Exma. Família.-----

Deliberação: Aprovado por unanimidade.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia**, informou ainda que, deu entrada na mesa da Assembleia uma proposta de moção do grupo municipal da Coligação “Somos Lamego intitulada “*Pelo regular funcionamento do serviço de urgência do Hospital de Lamego e Heliporto*”, crê que o grupo prescinde da sua leitura, portanto cabe à mesa da Assembleia proceder à sua leitura e que se transcreve na íntegra:-----

“Pelo regular funcionamento do serviço de urgência do Hospital de Lamego e Heliporto”-----

As últimas semanas têm sido ilustrativas da fragilidade que vive, atualmente, o Serviço Nacional de Saúde em Portugal. As queixas dos portugueses são muitas e crescentes: consultas com enormes listas e excessivos tempo de espera, cirurgias a realiza-se com mais de um ano de atraso, mais de um milhão de utentes sem médico de família, mortalidade não-covid excessiva, vários serviços de urgência encerrados em todo o país e falta de médicos, enfermeiros e outras profissões de saúde em diversas especialidades.-----

O encerramento, ainda que temporário, de serviços de urgência um pouco por todo o país traduz a falta de organização, de gestão, de planeamento, de eficiência e de remuneração competitiva que existe atualmente no Serviço Nacional de Saúde.-----

Um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e de acordo com a constituição atualmente em vigor – tendencialmente gratuito pressupõe profissionais motivados, integrados em carreiras justas e com progressão, assim como recursos técnicos e materiais modernos e em consonância com as melhores práticas internacionais.-----

Neste domínio, o Município de Lamego apresenta a particularidade da sua população que justificam respostas ajustadas (população envelhecida, flutuante, turistas, população com fracos recursos económicos e com difícil acesso a cuidados de saúde) mas a disponibilização destes serviços deve ocorrer no âmbito do SNS, designadamente na Unidade Hospitalar de Lamego/CHTMAD e mediante uma articulação necessária com os cuidados de saúde primários e a rede hospitalar.-----

Na verdade, a importância desta unidade hospitalar é inegável: por exemplo, a unidade registou um movimento assistencial acentuado, com 34.413 episódios de urgência, numa variação de mais de 5.208 episódios face ao período homólogo de 2020, no que se traduziu num aumento de 17, 8%, facto que requereu de toda a estrutura hospitalar, em geral, mas sobretudo dos profissionais que trabalham no serviço de urgência um esforço acrescido e que se reconhece, para dar resposta adequada.-----

Ora, neste contexto, de crescimento acentuado do serviço de urgência desta Unidade Hospitalar, torna-se especialmente relevante que se ultrapasse o problema da falta de certificação do seu heliporto para receber voos de emergência médica, visto que se trata de um dos raros hospitais do país com o heliporto encerrado.-----

Sobre esta matéria, a Senhora Ministra da Saúde admitiu , no passado mês de maio, no parlamento, que a Unidade Hospitalar de Lamego aguarda ainda parecer da ANAC (Autoridade Nacional de Aviação Civil) para certificar o espaço destinado ao seu Heliporto, sendo que se trata de um projeto submetido em fevereiro de 2021 pelo Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro. Nessa mesma audição parlamentar, acrescentou a Senhora Ministra que o projeto carece da “necessidade de aferição de aspetos técnicos”.-----

Assim, e considerando que, de acordo com o artigo 25.º, 2, alínea j) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o município, recomenda-se ao Ministério da Saúde do Governo de Portugal que:-----

- Face aos frequentes encerramentos de urgências em diferentes Unidades Hospitalares do país por dificuldades em suprir as necessidades de recursos humanos e das especiais carências que já suportam as populações do interior, salvaguarde e proceda à afectação de todos os recursos humanos e materiais essenciais;-----

- Ao regular funcionamento e ao aumento significativo assistencial que se verifica no Serviço de urgência da Unidade Hospitalar de Lamego/CHTMAD, assegurando que este serviço não entrará em situação de rutura que que origine o seu encerramento mesmo que parcial; e-----

- À manutenção da capacidade de resposta das urgências da especialidade de obstetrícia na Unidade de Vila Real uma vez que, não existindo na Unidade de Lamego, já obriga à deslocação dos utentes e familiares;-----

- Sendo a Unidade Hospitalar de Lamego um equipamento com pouco mais de 10 anos e dotado de um Heliporto moderno, construído na mesma data, mas que não pode ser utilizado por falta de certificação, proceda à aferição dos aspetos técnicos em falta e à reabertura, com caráter de urgência, do heliporto localizado no hospital.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para dizer que é um gosto voltar a Valdigem, portanto desejar desde já, um cumprimento aos valdigenses, a todos aqueles que estão assistir a esta transmissão, através das redes sociais.-----

Em relação a esta proposta de moção, teceu um conjunto de comentários e considerações. O membro José Manuel Correia teve a amabilidade, antes de começar esta reunião, fornecer o texto e terem uma discussão prévia. Contudo existe aqui um conjunto de considerações que lhe parecem um bocadinho fora de timing, que parece ao grupo municipal do Partido Socialista após uma breve reflexão que fizeram, estar um bocadinho fora de tempo.-----

Antes de mais, é verdade, todos têm que admitir, não vale a pena escamotear e nesse ponto, se calhar é um ponto, que pensam de forma conjunta, o SNS tem um conjunto de problemas e de situações, muitas delas agonizadas, depois deste tempo que foi perfeitamente conturbado e especial, que decorreu, há que ser honesto, durante mais de dois anos, porque a situação de covid 19 ainda não terminou. O sistema ainda continua saturado, os números ainda são elevados, ainda continua a haver vários internamentos, ainda continua a haver muita gente infectada, nada disso ainda sequer terminou. -----

Disse ser verdade, admitindo, logicamente, não só pelo Governo, mas seria até uma ignorância, não se admitir isto de uma forma global, que existem problemas pontuais, que neste momento, a comunicação social tem levantado e bem, principalmente, nos serviços de obstetrícia espalhados por esse país fora. Problema esse, aqui também há que ser honesto, não é único, não foi a única vez, é um problema que, infelizmente, se arrasta há bastante tempo, e que tem a ver como o próprio sistema funciona. E sabe-se bem que este tipo de problemas tem batido, acima de tudo, mais nas zonas do litoral, do que propriamente nas zonas do interior. Porque, infelizmente nas zonas do interior há muito que se perdeu, inclusivé a oportunidade de alguma proximidade em serviços, como por exemplo esse, e tem-se o caso concreto em Lamego, que se perdeu a possibilidade de se ter um serviço mais próximo da população, portanto para recorrer a um serviço desses, as pessoas em causa têm que se deslocar a Vila Real.

E isso já se arrasta há quase vinte anos. É uma situação que não é de agora, é uma situação que tem praticamente vinte anos.-----

Também há aqui uma dificuldade, clara e concreta, que os membros enquanto Assembleia Municipal, enquanto órgão que representa Lamego, têm que ser claros. Não lhe parece, corrijam-no se for o contrário, não lhe parece que neste momento, pelo menos, por parte dos serviços de administração do Hospital de Vila Real, de Lamego e Chaves, que haja, propriamente ou que se preveja neste período algum tipo de constrangimento, em relação, falta do serviço de obstetrícia, e portanto tentar-se extrapolar uma situação que decorre em algumas unidades espalhadas pelo país, para a colocar, concretamente, numa situação que diga respeito a Lamego e aos utentes de Lamego, parece-lhe que está a extrapolar um pouco a situação, pelo menos não tem qualquer tipo de informação, que poderá acontecer no imediato. -----

Embora compreenda, logicamente, quem propõe isto, há aqui também uma questão política, e portanto essa questão política o Partido Socialista não a pode acompanhar, para a situação concreta, acompanha de uma forma geral, mas logicamente não lhe parece que a realidade aqui seja essa.-----

Afirmou que há aqui outra questão, e essa sim, está de acordo, que é a questão relativa ao Heliporto. De facto, tem que o dizer de forma clara e inequívoca, a ANAC anda há anos para se pronunciar, seja de que forma for, sobre a situação do Heliporto de Lamego. A situação que se vive no Heliporto de Lamego, é, de facto uma vergonha, e já muito foi feito para tentar ultrapassar a situação, o próprio Município de Lamego antes e acredita também agora, continua a fazer pressão, no sentido que esta situação se ultrapasse.-----

Pode-se, logicamente, recorrer à Senhora Ministra da Saúde, no sentido de criar pressão sobre este organismo, que sem desprimor para as pessoas que fazem parte dele (ANAC), confessa que funciona de uma forma em tudo, menos transparente, Até no que diz respeito a qualquer tipo de cumprimento de prazos, nem sequer se entende. Mas pelos vistos, necessita-se mesmo da autorização da ANAC para fazer aterrar os helicópteros no Heliporto de Lamego, cumprindo aquilo que são as normas. Afirmou que acha que aqui devia-se, se calhar até ir mais longe, pedir e requerer, mesmo, junto do próprio Primeiro-Ministro, de uma vez por todas, que a situação do Heliporto de Lamego seja resolvida. Porque aqui não é, propriamente, uma questão médica, nem se quer está na possibilidade de virem técnicos que dêem apoio ao próprio Heliporto, até porque essa situação já foi ultrapassada há bastante tempo. -----

O grande problema que se coloca aqui, nem sequer se discute a falta da qualidade e da certificação quer dos médicos quer técnicos que trabalham no hospital. O problema que se coloca aqui é de uma associação que não dá resposta há mais de dois anos. É isso é de lastimar, portanto, todos devem fazer esforços em conjunto, criando todos os lóbis possíveis e imaginários, para que de uma vez por todas se certifique o Heliporto, porque a população não consegue entender, como é que numa emergência

se aterre um helicóptero no Estádio dos Remédios, seja à hora que for, e naquilo que é o equipamento, que devia estar, devidamente, certificado, não pode aterrar. -----
 Afirmou que não faz sentido nenhum, ninguém consegue perceber isto, isto de facto é uma coisa escandalosa. Reafirmou que neste aspeto podem estar todos de acordo, que acha que todos os membros de fazer esse esforço. Mas, exatamente, pelas primeiras premissas que indicou inicialmente, o grupo municipal do Partido Socialista não subscreverá, mas também não votará contra.-----

Interveio o membro **Viriato Lemos**, para dizer que é a favor desta moção, mas há uma lacuna que discorda completamente, os enfermeiros sempre tiveram a mania que eles a que mandam no Serviço Nacional de Saúde, as urgências não funcionam só com os médicos e enfermeiros, há outras profissões extremamente importantes, como são Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapeuta, não se pode admitir que os enfermeiros mandem nisto tudo. Informou que o Partido Chega vai votar a favor, mas quer que esta moção refira os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapeuta.-----

Interveio o membro **José Manuel Correia**, começando por cumprimentar todos os presentes e de forma fática quem recebe esta Assembleia Municipal e quem recebe esta sessão é a União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem. Se se puder personalizar isto, agradecer à pessoa do seu Presidente, Bernardo Xavier, a receção que fez e a amabilidade que recebe esta Assembleia Municipal, é um gosto para todos estar-se aqui. Portanto é também uma oportunidade para os habitantes desta União de Freguesias se poderem expressar, poderem acompanhar a atividade política e a atividade de gestão do Município. E por isso, o agradecimento de todos os membros da Assembleia e a expectativa de que se possa ter um bom dia de trabalho. Cumprimentar as pessoas que seguem esta sessão nas redes sociais.-----

No que concerne a este assunto da proposta de moção que a Coligação “Somos Lamego” propõe, quer apenas e só referir alguns aspetos que lhe parecem importantes. Um primeiro aspeto que acha importante é que se tentou elaborar um texto o mais pragmático possível, que reflita a leitura, como é evidente, admite aqui que há uma leitura política da Coligação, não pode ser de outra forma. Mas que procura traduzir, não só a leitura que a Coligação faz, neste caso o grupo municipal, mas também a leitura que a população em geral do país faz, claro que do Município de Lamego também. E a partir desse pressuposto, das notícias que se vai ouvindo, não se pode ignorar, quando se vê a preocupação dos outros lugares, todos os lamecenses ficam preocupados, que os pode atingir. Felizmente, tem-se conseguido dar resposta, de uma forma clara e está expresso a nossa instituição hospitalar e a nossa instituição hospitalar, não é só a unidade hospitalar de Lamego, é a unidade de Lamego, como é o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, que tem a unidade de Vila Real e de Chaves. Este Centro Hospitalar tem conseguido dar resposta aos desafios que lhe são colocados todos os dias, isto é verdade, felizmente, e é constatado todos os dias, como se diz, até o esforço reconhecido, no sentido de

dar resposta a esta avalanche cada vez maior, era outra discussão que se poderia ter aqui, cada vez maior dos serviços de urgência, porque é um facto, os serviços de urgência, são cada vez mais procurados. E isso, é claramente, um sinal da falência do Serviço Nacional de Saúde. Portanto procurou-se fazer este texto de uma forma objetiva e pragmática e por isso propõem a moção para votação e aprovação. -----

Afirmou que, como é evidente, estes problemas que se passam nas urgências de obstetrícia, de pediatria, ainda não se reflectem na unidade hospitalar de Lamego, mas são problemas de uma especialidade, pois como é evidente isto aqui em Lamego e no Centro Hospitalar não é uma ilha, nenhum oásis do meio do deserto. É uma realidade nacional. É um problema de uma especialidade, de organização de uma especialidade em concreto, que como é evidente, também se reflecte na organização que existe em todo o país e no Centro Hospitalar também. Para já e é verdade, tem conseguido dar resposta adequada, mas vendo, ouvindo e lendo o que se passa, devem estar precavidos e por isso, propõe pura e simplesmente que se continue a salvaguardar os recursos que são necessários para que tudo continue a funcionar bem. -----

Como é evidente e como dizia o membro Pedro Torres até o Governo reconhece que há aqui problemas estruturais, e não são pontuais, são estruturais, esta questão deve preocupar a todos. E aquelas questões que incomodam um bocadinho mais o PS, as questões referidas no primeiro parágrafo, são questões estruturais, não são pontuais. São questões que requerem uma intervenção, eventualmente, de todo o Governo, de todos os profissionais que trabalham na área da saúde, mas que preocupam a população toda. Isto não é um problema interno só dos profissionais de saúde, este é um problema da população de uma forma geral, um problema potencial de Trás-os-Montes e Alto Douro, como é nas outras regiões. -----

Em relação ao heliporto estão todos completamente de acordo, não faz sentido nenhum que ao fim de dez anos, seja lá de quem for a responsabilidade, aquela estrutura não possa funcionar, como funcionam todos os outros heliportos, ainda por cima um heliporto construído de raiz. Portanto, de certeza absoluta, pouco há-de faltar para aquilo possa funcionar bem, para ver se consegue resolver o problema.-----

Já em relação ao que disse o membro Viriato Lemos, só para dizer que o primeiro parágrafo, é explícito em dizer que todos os profissionais, como é evidente, estão envolvidos, portanto não há aqui questão nenhuma.-----

Interveio o membro **Olga Ramos**, para dizer que, de facto, foi surpreendida com esta moção, por isso, não podia resistir, em repor alguma verdade daquilo que é a realidade da urgência na unidade de Lamego. -----

É evidente que a questão da saúde é uma questão complexa, todos o sabem, é uma questão que, infelizmente, está altamente politizada, e não devia, a seu ver. São assuntos complexos que devem ser tratados nas instâncias próprias, para depois, se reflectir naquilo que é a necessidade da população: Mas enfim, neste contexto em que se vive, há que tirar dividendos da política, para resolver assuntos internos, há de facto

aqui, algum ruído que não resiste em rectificar algumas questões, para bem de quem nos está a ouvir e da população, população que recorre ao serviço de urgências da unidade de Lamego. -----

Uma coisa é o problema do heliporto, agora tentar misturar o serviço de urgência é que não me parece que faça sentido, e percebe que os serviços de urgência são serviços muito problemáticos, e muito sacrificados, pois toda a gente sabe, que recorrem à urgência ora para a área covid 19 ou para a área não covid 19, mas, de facto, as urgências têm estado muito sacrificadas. Mas há uma coisa que, ela como responsável e tendo alguma responsabilidade sobre o assunto, sem meter a política, ela quer repor a verdade e dizer a verdade. -----

A urgência de Lamego, é uma urgência básica, como sabem, que de facto, tem problemas transversais, estruturais, chamam-lhe o que quiserem, como todas as outras. Mas, o que é certo, é que nunca se teve há uns anos a esta parte, (tantos recursos humanos, como recursos materiais, e recursos humanos altamente qualificados, diferenciados para dar resposta à população. Aliás os profissionais de saúde sabem isso.-----

Há uns anos a esta parte, pelo menos há seis anos até então, o hospital de Lamego nunca esteve tão apetrechado, com recursos humanos, com recursos materiais diferenciados, para responder à população. Há problemas, há, há e vai existir sempre. -----

Sofrer por antecipação, os profissionais de saúde não têm muito esse tic. Porque, de facto, as coisas resolvem-se em parceria com aquilo que é institucional. E para isso está a gestão ao nível operacional e gestão do topo. A caracterização do hospital é feita em tempo útil, o planeamento foi feito em tempo útil, e cá se está agora para executar e avaliar. -----

Portanto essa coisa, de sofrer por antecipação, porque as outras urgências fecharam, ou porque as outras urgências estão em risco de fechar, parece-lhe precipitado. Portanto que lhe desculpem os proponentes desta moção, mas não resistiu e não podia deixar de vir aqui, repor aquilo que é verdade.-----

E, no fundo, também dizer às pessoas que não há indícios que outra coisa possa ocorrer. Disse não saber qual foi a fonte das pessoas que escreverem esta moção, estarem amedrontados, respeita, mas não sabe qual é a fonte.-----

A sua fonte, é, de facto, de quem é profissional e acumula alguma responsabilidade. Portanto, não se pode garantir nada, é um facto, nada está garantido, nem a vida se garante, nem a nossa própria vida está garantida. E portanto, nesse pressuposto, aquilo que tem para dizer e que aquilo que tem para assegurar, é que, de facto, se deixem de alarmismos, e as coisas devem se tratadas no sítio próprio, nas instâncias próprias, com a serenidade que se impõe. -----

Não é uma moção de censura, do seu ponto de vista que vai resolver alguma coisa, aliás não há nada para resolver. Se for a questão do heliporto, aí pode concordar, que de facto, é uma situação que já devia estar resolvida. -----

Em relação à urgência da unidade de Lamego estar a misturar “alhos com bugalhos”, é no seu entender precipitado, é precipitado porque não tem fundamento.

Não tem fundamento estar à espera da urgência que possa fechar. Também se podem estar à espera de outras coisas mais e nunca aconteceram. Se houve algum indicador, que pudesse conduzir a esse desfecho, até poderia concordar. Agora não tendo indicador nenhum, que permita basear e fazer uma fundamentação destas, acha, completamente, descabida. -----

Em resposta ao membro Viriato Quer dizer, ainda que, os enfermeiros não mandam, ´mais que os técnicos nem mandam(uns mais e outros menos, aqui é uma questão de responsabilidade, cada um assume a responsabilidade do posto que ocupa, e portanto, uma gestão faz-se em conjunto, não se pesa na balança, para ver quem manda mais ou quem manda menos. Isso era no tempo da “Maria Cachoça”. Hoje isso já não existe. Pedindo desculpa, disse que esta intervenção tinha que ser feita. -----

Usou da palavra o **Presidente da Assembleia** para dizer que este também é um local com competência para se pronunciar sobre estas questões, e outros de interesse local. Relativamente à fundamentação, naturalmente que, todos têm diferentes níveis e graus de informação, até pelas funções que exercem. Em defesa de, pelo menos, do espírito da moção, parece-lhe que nunca é dito que o serviço de unidade hospitalar de Lamego está em rotura, aquilo que é dito é que deve ser assegurado o seu regular funcionamento e a manutenção da sua prestação assistencial. É isso que aqui consta.-

Usou da palavra o membro **José Manuel Correia**, para dizer como é evidente, não vai entrar aqui em discussão diferente do que está escrito. O que está escrito parece-lhe que está bem escrito, pensa que se deve ler bem, como é evidente, cada um pode fazer a sua interpretação, é legítimo. Todavia, pensa que este é o espaço adequado, para de uma forma responsável, se fazer a análise que aqui está feita, e fazer a proposta que é uma recomendação, não é uma moção de censura. É uma recomendação, claramente, que parte de um pressuposto, onde nunca em caso algum é beliscado o desempenho e o mérito desta unidade hospitalar de Lamego, bem pelo contrário. Como é evidente, esta é uma preocupação, neste caso, inicial do grupo municipal da Coligação “Somos Lamego” e acredita que seja também uma preocupação da população de uma forma geral. Porque é isso que o motiva na questão política. As preocupações fazem parte da vida, naturalmente. Há quem diga que não se deve preocupar, mas todos sabem que se têm de preocupar, porque é preciso prever que podem acontecer algumas coisas. E algumas coisas podem acontecer porque este é um país e há que reconhecer que Lamego e o centro hospitalar também não é nenhum oásis no deserto. Tem também os problemas estruturais que têm o país. Felizmente tem-se conseguido dar boa resposta, volta a

referir isto, tem-se conseguido dar uma excelente resposta às necessidades que se deparam, isto nunca está posto em causa. Mas há aqui uma necessidade que se olhar para as pessoas que estão nesta sala concordam com ele. -----

Usou da palavra o membro **Romeu Sequeira** para cumprimentar todos os presentes, com um cumprimento especial para o Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem e, na sua pessoa, um cumprimento a todos os valdigenses e, como é óbvio, a todos os lamecenses.-----

Afirmou que gostava de desmontar esta moção em três fases: Há aqui um foco, e acha que devia ser esse foco, que é a questão do heliporto. Concorda totalmente, aliás, isto até poderia trazer aqui outro debate, que é a questão da burocracia que se tem neste país, que já vem desde a implantação da nossa revolução. É verdade, tem-se um país, que tem imensa burocracia, aliás muitos processos, muitos projetos, demoram a ser executados, como todos sabem, devido a esse sistema burocrático, mas isto é tema para outra sessão, e que de facto, espera que nos próximos anos isso possa ser diferente.-----

Disse que este *preâmbulo* da moção, apresentada pela Coligação "Somos Lamego", não lhe parece totalmente adequado. Como disse o membro José Manuel Correia, todos assistem a algumas notícias, é verdade que é necessária uma reorganização da rede hospitalar, como é óbvio. Mas não se pode esquecer, que também é preciso, não só olhar para as notícias, mas também para dados concretos. E há aqui dois indicadores que são, extremamente importantes. Nestes últimos seis anos, houve um reforço orçamental em 30% no Serviço Nacional de Saúde. Além disso teve mais vinte e cinco mil novos funcionários, agora, é óbvio, que isto não resolveu o problema, todos sabem. E por isso, este Governo colocou em ação duas reformas centrais: uma nos cuidados primários e outra nos cuidados continuados, que estão a ser levados a cabo de uma forma progressiva. Porque não se tem a capacidade de resolver este problema de uma só vez, disse que este não é um problema de agora. Este problema que se tem é um problema que já vem de há muitos anos e que se tem vindo a resolver. -----

Afirmou que há aqui outra situação, pois não se pode esquecer e como disse o membro Pedro Torres, que esta pandemia veio alterar este paradigma, ainda hoje tem-se a pandemia real e concreta. Além disso, há outro fator que não se deve esquecer, estivemos um ano parados, devido a uma crise política desnecessária. Este país não é capaz de fazer reformas com estes indicadores, com estes índices todos a acontecer. Por isso, tem-se aqui, realmente, um caminho a trilhar. Assim, com este preâmbulo da moção não pode concordar. Agora, relativamente ao serviço de urgência de Lamego, como disse a deputada Olga Ramos, não existe nenhum problema, e também não vê necessidade de estar aqui a precaver uma situação que não vai acontecer, certamente. Ou seja, não há nenhum indicador que possa realmente ser colocado neste âmbito.-----

Já no que concerne à questão do heliporto, esse sim, deveria ser o foco e esse poderia merecer a concordância de todos. Disse que, infelizmente, foi pena a Coligação “Somos Lamego” ter colocado esse preâmbulo e terem também colocado esse foco no serviço de urgência, problema que não existe. Não se pode esquecer que existe aqui uma semana atípica, e este é um dos problemas, ou seja, um conjunto de feriados, conjunto de férias que são marcadas nesta altura, que vieram, de certa forma também mostrar a necessidade que existe na reorganização do SNS. Mas não se pode, apenas, estar-se focado nesta semana e colocar isso num todo.-----

Tomou a palavra o membro **Samuel Martins**, começando por cumprimentar todos os presentes. Quer já que a sua intervenção ficasse como declaração de voto, que a CDU votará a favor, porque as preocupações anotadas na moção são justas e são verdadeiras. Mas também é preciso dizer que é preciso mais, mais do que estar preocupado com o serviço de urgência do hospital de Vila Real, é preciso estar preocupado com a reabertura dos serviços de urgência de obstetrícia e de outras valências no hospital de Lamego. E é preciso ver também, que estas deficiências estruturais no SNS, são causa da gestão do Partido Socialista e do Partido Social Democrata que hoje estão muitos preocupados com o serviço. -----

Interveio o membro **Paulo Barradas**, começando por cumprimentar todos os presentes e um cumprimento especial para as pessoas da União de Freguesia de Parada do Bispo e Valdigem, que hoje acompanham estes trabalhos.-----

No que concerne a esta proposta de moção, o membro José Manuel Correia disse e muito bem, que a leitura que fazia deste documento era uma leitura política, não podia ser outra. Ele então vai-se dirigir única e simplesmente à questão política, aquilo que se discute aqui, em conversa, neste momento. É claro que o documento tem realmente duas partes, uma delas, muito falaciosa, outra muito pertinente. E é realmente muito complicado criar uma opinião única sobre aquilo que uma falacia e sobre aquilo que ser quer pertinência absoluta. Portanto a primeira parte do texto é muito falaciosa, porque não pode o Serviço Nacional de Saúde, há um ano atrás era o melhor Serviço Nacional de Saúde, porque resolveu bem a pandemia, e agora, quando surgem os problemas, alguns problemas, que a mesma Ministra, o mesmo Ministério têm tentado resolver e se preocupa em resolver, ser, realmente, o pior sistema neste Serviço Nacional de Saúde, não é, mas em fim, leitura política. -----

Relativamente à questão do heliporto, ai está-se na parte pertinente da questão. De facto, não é possível continuar a assobiar para o lado, sobre uma situação que para os lamecenses e para a região de Lamego é de suprema importância. -----

Portanto, do ponto de vista estritamente político da questão, aquilo que vem aqui fazer, é em nome do Partido Socialista fazer uma recomendação ao executivo da Câmara Municipal, para que, uma vez mais faça todos os esforços junto da Autoridade Nacional de Viação Civil (ANAC) e junto daquelas instituições que podem emprestar

essa voz, para que de uma vez por todas, o problema do heliporto de Lamego se possa resolver. -----

Disse claro que o grupo municipal do Partido Socialista não pode votar a moção apresentada pela coligação “Somos Lamego”, porque ela, realmente, enferma dessa falacia. Mas está convencido que os grupos municipais podem votar com o Partido Socialista esta recomendação ao executivo da Câmara Municipal. -----

Tomou a palavra o membro **Constantino Vaz**, começando por cumprimentar todos os presentes e especialmente os habitantes da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, na pessoa do Presidente da União de Freguesias, que fez esta gentileza de receber esta Assembleia Municipal. -----

Disse que todas as questões que se levantam são políticas. Vem o Partido Socialista, como sempre e quando tem poder, pois todas questões que se levantam pelas populações, nas Assembleias Municipais ou Assembleias de Freguesia, nunca está a favor, seja por qualquer coisa.-----

Quer recordar ao Partido Socialista, quando a coligação onde o PSD estava, era Governo o PSD, foram campões a colocar moções ao Governo de então e críticas ao Governo. Nessa altura o Partido Socialista, não levantou questões políticas nem nada, votou a favor de tudo isso. -----

Agora que se põe esta questão, primeiro dizem que esta moção é sofrer por antecipação, dirigindo-se ao membro Olga Ramos disse-lhe se o Governo sofresse por antecipação, e soubesse organizar e antecipar, se calhar o problema da obstetrícia não estava a acontecer. A Ministra é a mesma há seis anos, o Governo é praticamente o mesmo, porque razão é que não foram previstas estas situações. Foi o empurrar para a frente.-----

Disse que, o que se está a fazer com esta moção, independentemente de se saber e todos sabem que o hospital de Lamego, está a funcionar correctamente e bem, não quer dizer que amanhã, não haja qualquer contratempo. Esta moção tem como objetivo alertar situações para problemas que estão a acontecer noutros hospitais. Não há mal nenhum nisto. Depois dizem que esta moção está altamente politizado, pois está. Pois o membro Romeu Sequeira veio defender a sua dama ou seja o Governo do Partido Socialista, que gastou mais dinheiro com a saúde, mas não se vê resultados disso, não sabem organizar o Serviço Nacional de Saúde. A saúde não é só o dinheiro, para saber organizar e planear. Veja-se o que está a acontecer em vários hospitais deste país. Houvesse organização e planeamento, porque todos sabem que na saúde, o seu problema não é só dinheiro, o dinheiro chega, o que não há é organização. -----

Afirmou que, quando o partido Socialista diz que esta moção está altamente politizada, tem muito ruído político, mas será que isto é ruído político? Será que o primeiro parágrafo da moção, se a mostrarem a qualquer cidadão, não estarão todos de acordo? Pediu coragem ao grupo municipal do Partido Socialista que tenha coragem,

quando for necessário, criticar ou alertar o Governo, para situações, para defesa das populações e em particular dos interesses dos lamecenses. Se o partido Socialista não votar esta moção, mostra não ter coragem política, é uma situação de fazer frete ao Governo. Disse que esta moção é aumentar o alerta para situações que possam acontecer no futuro. E ao mesmo tempo, de tratar de resolver o problema do heliporto. Não se venha dizer que os outros é que politizam, não, o partido Socialista é que trouxe para aqui a política, não foi a coligação “Somos Lamego”, Quando estas coisas são com o partido Socialista é política, mas isto é uma realidade que se passa no país, é uma realidade se não for alertada, para que seja prevenido e previsto, evitar situações mais complicadas.-----

Tomou a palavra o membro **Vítor Nuno Santos** para dizer uma coisa muito simples, muito resumida. Se o grupo municipal da coligação “Somos Lamego” pretende que a questão do heliporto seja votada por unanimidade, e estiver realmente interessada na questão do heliporto, não terá qualquer problema, basta abdicar do primeiro preambulo, que é texto que o partido Socialista não está de acordo.-----

Interveio o membro **José Manuel Correia** para dizer que o documento é o que é, pensa que está escrito com muita ponderação, com muito juízo, neste caso político, pois a vida é política, com muito juízo político, transversal, de interesse a toda a população. Como diz o membro Constantino Vaz, admite que o partido Socialista, neste caso, possa ter uma posição diferente, por questões políticas, pura e simplesmente, por questões políticas, só, ponto final. Porque está convencido que, no íntimo, se não for 100%, são 99%, que concordam, exatamente, com o primeiro parágrafo e com o resto que vem a seguir. Portanto a moção é o que é.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que, efetivamente, o Município já desenvolveu esses contactos, quer com a Administração do Centro Hospitalar, quer com a Presidente da Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC), o problema é essencialmente técnico, tem que ver com os pareceres encriptados que a ANAC faz, e que não diz, exatamente o que é necessário fazer para que o Centro Hospitalar ou o Município ou quem seja, faça as obras necessárias para que o heliporto esteja operacional. Está-se, efetivamente num processo interactivo, em que a ANAC dá um parecer, ninguém consegue interpretar o parecer e responder-se de alguma maneira, e depois eles dão outro parecer, o Centro Hospitalar manda um novo projeto, faz uma interpretação leiga nesta matéria. O que se trata é saber qual é o canal de aproximação ao heliporto, e que condições de segurança têm que ter. Nomeadamente, a sinalização das linhas aéreas, da orientação do “H”, que estará pintado sobre o heliporto, do eventual rebaixamento da rede de vedação do hospital e da iluminação e do morro. Afirmou se a ANAC dissesse isto, o problema já estaria resolvido, o problema é que a ANAC não diz, por exemplo, que este salão paroquial, não poderia ser utilizado, se só tivesse um acesso em escada, o que significa tendo aquela rampa já pode ser, parece uma coisa simples, agora, dito em linguagem que,

de facto, acha que é para ninguém perceber, não responde aquilo que foi questionado, tem dificultado muito a atuação da Administração do Centro Hospitalar, que pensa que pela preocupação própria que já tem e por toda a questão política que o Município tem feito sobre ela, gostaria de muito de ver este assunto resolvido e espera que se resolva, muito proximamente.-----

Deliberação: A moção foi aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor e quinze abstenções.-----

Interveio o membro **Paulo Barradas** para dizer que depois do esclarecimento do Presidente da Câmara, só acha mais pertinente a sua recomendação que faz ao executivo Camarário, ou seja, sendo certo que realmente existe uma falta de informação concisa, precisa, assertiva, por parte da ANAC, tem-se que continuar a insistir com a ANAC, no sentido de realmente, que este problema se possa resolver. Portanto vê ainda com mais pertinência a recomendação que faz ao executivo da Câmara Municipal. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que se ia passar à votação a proposta de recomendação apresentado do membro Paulo Barradas, no sentido de o executivo Camarário envidar os esforços, e os contactos necessários, junto da Autoridade Nacional de Viação Civil (ANAC) para que se consiga obter uma resposta, ao pedido de parecer de certificação do heliporto. -----

Deliberação A recomendação foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Lamego**, começando por cumprimentar todos os presentes e uma palavra especial para quem hoje recebe esta sessão, União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem. -----

Afirmou que a sua questão é muito simples e muito prática, prende-se com o atual estado em que se encontra o circuito de manutenção do Complexo Desportivo de Lamego. Não é uma crítica, aliás e regressando ao ponto anterior, tem que se ter a humildade de perceber que todos erram, todos os partido que estão no arco do poder têm culpas no cartório, não só no caso do circuito de manutenção de Lamego, como também, do próprio estado do Serviço Nacional de Saúde. Efetivamente, está num estado deplorável, arrastasse há muitos anos, independentemente deste ou de outro executivo, é uma culpa que tem que ser repartida por todos. E a sua questão vai no sentido de saber se haverá alguma possibilidade de recuperação daquela infra-estrutura, se há algum projeto de recuperação. Sabe que a Câmara Municipal sabe, perfeitamente, do estado de degradação do Estádio dos Remédios, pois já falou com o Presidente da Câmara, ele sabe e está ciente das condições. E se calhar, uma eventual, sugestão, iria no sentido, de pura e simplesmente, ficar interdito ou deixar de ser um complexo desportivo e ser apenas um espaço verde. No sentido de se tentar diminuir a possibilidade de acidentes que por lá têm acontecido. -----

Usou da palavra o membro **Samuel Martins** para levantar duas questões ao Presidente da Câmara, sendo a primeira em que estado se encontra as informações

relativas ao pagamento do subsídio de suplemento de insalubridade em risco e se estão previstos os devidos alargamentos aos trabalhadores do Município identificados. A segunda questão é, pois o Presidente da Câmara foi democraticamente sensível à alteração da toponímia da Rua 28 de Maio para Rua da Liberdade, recomendada por esta Assembleia, na sua última sessão ordinária. -----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para dizer que esta cidade cosmopolita e monumental, que adora, está parada no tempo. É triste observar que Lamego se encontra completamente estagnada e perspectiva-se um futuro hipotecado. Fazem-se obras sem nexos, porque não servem os lamecenses e estão à vista de todos.-----

Os lamecenses estão atónitos com os atrasos significativos da abertura do plenário das assembleias municipais. Este comportamento só é possível devido à conivência e à passividade dos senhores membros. Não causou espanto que os membros da maioria que suporta o executivo camarário votassem a favor a proposta da alteração da toponímia "28 de maio" substituindo-a por outra, proposta por um partido que, na sua perspectiva, não é patriótico. As tropelias praticadas no "verão quente" deveriam envergonhar aqueles que, hoje, aprovam propostas apresentadas por um partido que, de forma condescendente, tentaram justificar a invasão da Ucrânia pela Federação russa. O expansionismo russo não engana e quando países defendem a sua soberania a Rússia invade e mata. Lembra a "Primavera de Praga" e a destruição do seu sonho de liberdade e como o PCP reagiu, apoiando aquela criminoso invasão, Ontem e hoje, o PCP age da mesma forma, apoia as políticas da Rússia. Falar do 25 de abril é fácil, construir o sonho de abril dá trabalho. Não esqueceu os atropelos daqueles que desejavam que o "sol soviético" aquecesse Portugal. Não esqueceu a descolonização e a celebre "reforma agrária". A descolonização foi a entrega dos territórios à órbita comunista e a reforma agrária foi o ataque à propriedade privada. É defensor do direito dos povos à autodeterminação e à construção do estado de direito e não apoia a substituição do colonialismo por outro colonialismo. Ambos devem ser combatidos. -----

Sem presunção, aconselha os membros do partido socialista a esquecerem os anos da sua governação autárquica. Os lamecenses têm memória e não esquecem a política do "deixa andar", característica das governações socialistas em Lamego.-----

Devido à ausência do 2º secretário da mesa, esclarecerá, na próxima reunião, a ausência nas comemorações do 25 de Abril, revolução que apoiou.-----

A Democracia participativa não exclui, porque inclusiva e representativa do querer de um povo que apela à mudança. Neste contexto, opinou e apresentou propostas, lembra algumas. Considerou a substituição da calçada portuguesa da Av. Alfredo de Sousa e Jardim Visconde Guedes Teixeira um atentado, porque a atual não se enquadra no "eixo barroco". Outrora, eram espaços privilegiados de lazer, hoje, parece uma ciclovia. Como apoio a cultura, defendeu a construção de um espaço para dar visibilidade à criação dos artistas lamecenses. Solicitou os estudos elaborados pelo

Laboratório de Engenharia Civil sobre a construção do túnel e questionou se há contrapartidas da edilidade ao Santuário, Alertou para o mau estado das tampas do saneamento. Solicitou a eletrificação das janelas manuelinas, na rua dos Loureiros. Alertou para o mau estado do tapete relvado no "Estádio de Nossa Senhora dos Remédios". Defendeu a atribuição de bolsas de estudo para alunos carenciados a frequentarem o ensino superior. Para defesa da saúde pública, aconselhou a análise da água das nossas fontes públicas. Em que situação se encontra a investigação sobre o desaparecimento da estatueta da escadaria que dá acesso ao Teatro Ribeiro Conceição. Situação da feira semanal, situação do cruzamento da Ortigosa, Rua da Mazedra e Parque dos Remédios. Coleção dos quadros do pintor de Cambres Manuel Marques. Por fim, este executivo não faz jogo limpo ao entregar os documentos para análise dos deputados dois dias antes do plenário. Se quer responsabilidade na votação, exige-se o envio dos documentos atempadamente. isto é, viver abril e defender os interesses lamecenses. O espírito do 25 de abril comemora-se todos os dias e não precisa de ato solene pago pelo povo.-----

Quer expressar, neste plenário, o meu apreço ao vereador deste executivo. José Pinto, pela forma como organiza os eventos. Bem-haja.-----

Tomou a palavra o membro **Samuel Martins** para responder ao membro Viriato Lemos. Dizendo-lhe que não tem vergonha nenhuma da reforma agrária, teria mais vergonha de defender tempos de outra senhora e tempos ditatoriais. E sobre a piada de solo soviético, bem como a ideia do PCP apoiar a invasão à Ucrânia. O PCP está pela paz, a posição do PCP sempre foi pela paz, podem ler os comunicados do partido e ainda entenderão o que quiser, mas a posição do partido é clara. E que solo soviético só até 1991.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para responder à questão do Presidente da Junta de Freguesia de Lamego, sobre o Complexo Desportivo de Lamego. Efetivamente as obras do Complexo Desportivo não foram à data, em que foram feitas aquelas que o executivo, na altura, queria fazer. Ficou-se limitado a uma candidatura com um teto de três milhões de euros, e isso deixou que alguns equipamentos não tivessem o investimento que teria sido necessário para que eles ficassem em perfeitas condições de utilização. -----

Na zona que refere do circuito de manutenção, fez-se apenas, uma limpeza da mata para abrir um pouco, porque a mata é bastante densa, torna-se intimidante e leva a que muita gente não utilize o circuito de manutenção por causa disso. Fez-se uma reparação muito superficial dos equipamentos e do próprio piso do circuito. -----

Afirmou que entretanto o tempo passa, o tempo passa e os equipamentos tendem a degradar-se, de modo que hoje a situação volta a ser muito deficiente. Não é a única, infelizmente, no complexo desportivo. Há intervenções a fazer no Estádio, fez-se, recentemente, no minigolfe para voltar a retomar a sua atividade. Tem-se também no ténis uma dinâmica nova e muito significativa, que precisava também de um reforço de

investimento. Tem-se nas instalações do próprio centro de estágio, alguns problemas de manutenção, nomeadamente alguns decorrentes de utilização que foi feita pela Santa de Misericórdia, no período em que esteve ali instalada, que ainda não foram totalmente repostos. Ou seja, é necessário continuar a investir, os equipamentos quando se fazem ou quando se renovam não ficam para a vida, têm que todos os dias de ter intervenções. -----

Em relação ao caso concreto do circuito de manutenção, questiona se, de facto, o circuito de manutenção se justifica, se aquele espaço é adequado para o circuito de manutenção. Porque o que se vê é a pouca utilização e muita má utilização, nomeadamente, vandalismo, que destrói os equipamentos e inviabiliza a sua utilização. Eventualmente, pode-se deixar a mata como mata, para passeios, para fluição que for possível, e pensar noutro tipo de equipamentos a localizar noutro espaço, com um projeto futuro de reabilitação que venha a ser feito, numa parceria com as entidades que já estão no complexo, o futebol, o ténis, o minigolfe e outras que tenham interesse e dinâmica para acrescentar valor à gestão daquele espaço e fazer parceria com o Município e também com a Junta de Freguesia de Lamego.-----

Relativamente à questão colocada pelo membro Samuel Martins, em relação pagamento do subsídio de salubridade, disse que está a ser tratado. A Lei é dúbia, é muito difícil de interpretação. Criou expetativas em todos os funcionários, de que, qualquer trabalho, ligeiramente, esforçado, daria direito ao subsídio de insalubridade e que seria um acréscimo de remuneração, ou seja um subsídio permanente, não é esse o espírito da Lei, obriga a definir, de forma clara, as tarefas que estão sujeitas ao pagamento deste subsídio e apenas nos dias em que essas tarefas forem executadas. Portanto, está-se a tentar clarificar o melhor possível essa situação, fazê-lo de uma forma transversal, conjuntamente com os restantes municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro, para que, não haja aqui tratamentos diferenciados de município para município, e quer-se com a maior brevidade começar a dar esse subsídio, que é devido aos funcionários que realizam tarefas em ambientes de insalubridade.-----

No que concerne à alteração do toponímia, disse que não quer ficar aqui no meio de discussões extremistas, que passará à frente. Segue-se, naturalmente e respeita-se as recomendações da Assembleia Municipal, tem-se uma comissão de toponímia, que incide sobre a toponímia da cidade, essa proposta da Assembleia será oportunamente apreciada, por essa entidade-----

Usou da palavra o membro **José Manuel Correia** para dizer que o grupo municipal da coligação “Somos Lamego”, queria manifestar o regozijo por, finalmente, ter acabado o calvário das pessoas que durante três ou quatro anos estiveram à espera de encontrar o lugar no quadro de pessoal. Ou seja tomaram posse e o concurso acabou por se completar. -----

Relembra, que com a necessidade da extinção das associações de freguesia ficaram, salvo erro, setenta e dois assistentes operacionais e dois assistentes técnicos, que depois foram renovando os seus contratos com a Câmara e só no último ano, um ano pré-eleitoral, a que foi estabelecido, diga-se assim, o procedimento concursal, no sentido de eles poderem adquirir outra estabilidade. Se se lembram este procedimento concursal cruzou-se com as eleições, houve ali umas coisas que não se percebeu muito bem, se tinham a ver com as eleições ou não. Os resultados que foram publicados e que não se perceberam muito bem. De qualquer das formas, por este procedimento nem sempre muito ágil e muito claro, o que é facto, no início deste ano, estes colaboradores tiveram que passar a prestação de serviços, para puderem continuar a trabalhar e dar resposta às necessidades na área do serviço de vigilância, cozinha, de apoio às famílias dos centros escolares.-----

Hoje tudo está resolvido, felizmente, bem resolvido, não há reclamações, o processo chegou ao fim, só resta congratular, e dizer o que é preciso fazer e fazer bem, foi o caso, portanto, parabéns o problema está resolvido. -----

Interveio o membro **Romeu Sequeira** para responder ao membro José Manuel Correia, dizendo-lhe que é óbvio que os concursos têm os seus procedimentos, acha que não se deve misturar aqui aquilo que são os momentos políticos, momentos em que o povo é chamado, como foi a questão autárquica, com aquilo que são os procedimentos normais no Município. Ou seja, isso foi até alvo de discussão noutras Assembleias, o facto da lentidão do processo, e de facto, o reconhecimento, por finalmente estar finalizado é bom, mas o processo não foi assim tão célere quanto era necessário. Afirmou que não houve aqui nenhum fator político nesse sentido, até porque as decisões não se tomaram antes do momento da eleição.-----

Relativamente a outro assunto, que diz respeito a uma obra que já foi referida na Assembleia anterior, onde foram colocadas algumas questões, refere-se neste caso à obra do Centro Vínico, junto à Adegua Cooperativa de Lamego. Mas há aqui algumas questões que ele precisa, de facto, ver esclarecidas. Porque, entretanto, após a realização dessa Assembleia, o grupo municipal do partido Socialista recebeu o processo de embargo, e depois de ler esse processo de embargo, tem alguns comentários a tecer, algumas questões que pretende efetuar.-----

E aquilo que pode verificar, é que de facto, a obra é licenciada, posteriormente há de facto aqui uma interpelação por um dos moradores que não concorda com este licenciamento, a seguir há nova apreciação por parte do Município, do qual resulta este embargo. Disse que há aqui uma nota conclusiva, que não pode deixar de referir, e que serve de reflexão para todos. Este foi um caso, agora a sua questão é, e os outros casos como são tratados? Porque este foi um caso que teve uma exposição mediática forte, mas podem existir outros casos, como menos exposição mediática, e que podem estar a sofrer do mesmo problema. -----

Afirmou que a conclusão do embargo diz que: “*A requerente do licenciamento tinha a clara consciência, de que o projeto apresentado não dá total cumprimento a esta categoria de espaços*”. E isto, tem a ver, especificamente, com a questão da cêrcea possuir treze metros, quando o plano urbanístico permite apenas sete metros. Assim pergunta, se neste caso a promotora tinha a consciência, então o Município não tem que ter consciência? E dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, aquilo que recomenda, é que de facto, deve existir não só neste caso, mas como noutros casos, um apuramento técnico específico e real. Fica preocupado. Gostava realmente de perceber melhor, de que forma é possível, independentemente de ser um erro técnico, pois a reposta dada pelo senhor Presidente da Câmara na última Assembleia foi nesse sentido, houve um erro técnico, mas este é um erro técnico grave, está-se a falar de algo muito evidente, de uma cêrcea de treze metros, que ultrapassa em quase metade aquilo que é possível. Gostaria de perceber melhor esta questão, de que forma foi de facto um erro específico, um erro único, se foi mal organizado o processo, gostaria de saber um pouco mais sobre isto. -----

Além disso, um dos factores que vem indicado no embargo, é, exatamente este parágrafo que o vai citar: “*Como a obra não é licenciada pelos factos já apresentados, impõe-se a demolição da totalidade da obra executada no prazo de 60 dias*”. Assim perguntou se a obra já foi demolida. Gostaria de perceber qual é o processo atual relativamente a isto. -----

Interveio a **Presidente da Junta de Freguesia de Sande**, começando por cumprimentar todos os presentes e de uma forma especial ao Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, que recebe esta Assembleia. De seguida disse umas breves palavras, para agradecer ao Presidente da Câmara, o reconhecimento da necessidade urgente para a transferência de titularidade e gestão do sistema de abastecimento de água da zona baixa da sua freguesia para a alçada do município. Finalmente foi possível convergir vontades, tanto do município como da junta de freguesia para o término de uma situação que se arrastou na ilegalidade durante anos.-----

A criação de uma equipa de trabalho por parte do Município foi o primeiro e decisivo passo para a resolução desta situação e desde já agradece também às pessoas que fizeram parte desta equipa, nomeadamente o Dr. Paulo Correia, o Eng.º Jorge Eira e a Srª Rosa Barreleiro.-----

Nada foi feito sem fundamento e muito menos a olho. Este acordo resultou de uma avaliação séria de toda a documentação existente, bem como de pareceres e decisões judiciais.-----

Compete-lhe explicar também, que este acordo não se cinge apenas ao valor pecuniário e já agora, elucidando algumas questões suscitadas em reunião de executivo refere que foi para a Junta de Freguesia importante a manutenção do

património da freguesia, bem como o valor que será utilizado para obras de interesse a realizar na mesma.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para dizer que relativamente à obra do Centro Vínico, quer colocar uma nuance, não será uma questão de corrigir, mas apenas para que conste, de facto a apresentação da reclamação por parte do morador foi anterior à assinatura do despacho para o licenciamento da construção. E sabe-se também que nesta fase, corrija-o o senhor Presidente da Câmara, pensa que está a decorrer neste momento um processo, que lhe assiste, logicamente por direito, por parte da entidade promotora. Fazer, no fundo um recurso hierárquico para a situação que neste momento está colocada em cima do terreno, sabe também, relativamente a isso, já foi pronunciado um parecer jurídico que acompanha uma futura tomada de decisão, que pensa que ainda não terá sido tomada, e aproveita desde já para pedir ao senhor Presidente da Assembleia para requerer cópia formal desse mesmo parecer jurídico, para que depois, não só o grupo municipal do Partido Socialista, neste caso todos os deputados municipais, possam ter acesso ao mesmo. -----

Mas ainda relativamente a esta questão é obrigado a ter que dizer que bem alertaram que isto ia dar asneira, bem diziam que isto ia dar asneira, e deu asneira da grossa.----
Deu asneira da grossa, inclusivé, colocando-se aqui uma situação, que passado uns dias em que houve um conjunto de buscas no Município de Lamego e segundo vem veiculado na comunicação social, também buscas nos escritório da entidade promotora da obra, Logicamente deduz, portanto que aqui foi pronunciado por ele, naquilo que é a questão política, propriamente dita. O Ministério Público, nesta fase, logicamente, pensará também, que poderá haver asneira noutro sentido, sentido criminal. Nada que o grupo Municipal do Partido Socialista não tinha dito e não tenha alertado.-----

Dentro dessa questão, logicamente estará parte deste processo em segredo de justiça e assim deverá continuar, deixe-se a justiça pronunciar-se sobre esta questão, mas há aqui uma questão política, que tem que questionar, sendo certo, que defende em todos os casos, aquilo que é presunção de inocência de todas as partes envolvidas do que quer que seja, deixar que sejam apurados os factos. -----

Mas tem que perguntar ao senhor Presidente da Câmara, porque isto é uma questão política, logicamente tem importância, se foi o Presidente da Câmara ou não constituído arguido, se foi ou não o Vereador do pelouro constituído arguido e nada mais pretende saber sobre o processo, no que diz respeito às questões criminais, porque isto estará em segredo de justiça.-----

Tomou a palavra o membro **Constantino Vaz** para dizer que isto tinha que terminar assim, com estas últimas duas questões que o Presidente da Câmara com certeza irá responder e esclarecer o membro Pedro Torres. -----

Disse que a obra do Centro Vínico, que era conhecida e para que as pessoas possam identificar melhor, está-se a falar das antigas instalações das Frutas Douro Sul. Não se

põe em causa, nem está a por aqui em causa a ilegalidade da obra, nada disso. O que está a pôr em causa é que o partido Socialista está a fazer aqui um alarido enorme, parece que é a obra do sistema ou a obra do Município. Em como um erro técnico do técnico, se há mais ou não como questiona o membro Romeu Sequeira, também pergunta ele, há mais? E outras obras? Quais? Também se põe em causa todos os técnicos que trabalham no Município? É isso? Não é isso pois não? Um erro técnico, toda a gente já os teve, com certeza, todos nós temos erros. Agora o que está aqui, aquilo que é característico do partido Socialista. Porque na última Assembleia o membro Pedro Torres, colocou neste assunto, um alfinetezinho na intervenção dele, foi aflorando o problema da circulação dos camiões. Ele está a por entraves ao desenvolvimento de Lamego e à criação de postos de trabalho. Como se, anteriormente as frutas Douro Sul não tivessem muito mais tráfego de camiões naquela área, muito mais. Portanto, são estas pequenas coisas que o partido Socialista se liga, pasmaceira política e ativa que tem, estas pequenas coisas que contam para o desenvolvimento e a criação de postos de trabalho em Lamego. Mas se a obra é ilegal, lá estão as instituições para resolver o problema. Mas o que está aqui na sua essência é haver mais postos de trabalho em Lamego e verem dificuldades onde elas não existem, como por exemplo o tráfego.-----

Reforçou que as ex-Frutas Douro Sul tinham muito mais tráfego, ele sabe os camiões que ali entravam e saíam por dia.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que se tem, de facto, aqui um assunto muito interessante para discutir.-----

E discutiu-se este assunto, na sequência, em fim, do alerta, da informação que foi prestada na Assembleia Municipal realizada em Magueija, pelo membro Pedro Torres, em que este processo já estava em investigação. Estava mesmo. Alguém que, efetivamente, sabe muito sobre este processo e o acompanha de forma muito pormenorizada.-----

Fazendo a resenha do processo disse que, o processo deu entrada na Câmara de Lamego, no dia 17 de agosto de 2021; no dia 19 de agosto foram solicitados pareceres; no mesmo dia 19 de agosto foram solicitados elementos ao proponente; no dia 15 de setembro, menos de um mês depois, o projeto tinha parecer favorável da Direção Regional da Cultura do Norte; no dia 20 de setembro foram solicitados mais elementos ao requerente, que foram entregues no dia 23 de setembro: no dia 24 de setembro foi solicitado parecer à proteção civil; no dia 15 de outubro, o dia em que este executivo tomou posse, foi recebido o parecer favorável da Autoridade Nacional de Emergência da Proteção Civil e o processo ficou em condições de ser aprovado. E portanto, ele questiona aqui a pergunta que o membro Romeu Sequeira fez, o que é que o executivo, na altura, andava a fazer, para não saber o que se passava com um processo e um projeto que excedia, excedia em seis metros a cêrcea permitida? Esta é a questão que tem que ser resolvida.-----

Disse que respondeu na Assembleia Municipal de Magueija, ao membro Pedro Torres, que quando houvesse essa investigação do Ministério Público e da Polícia Judiciária, convinha fazerem as perguntas certas às pessoas certas. Disse que não é polícia, mas se fosse começaria pelo secretário do Vereador do Urbanismo, o secretário do Vereador do Urbanismo, pois o senhor Vereador e o Presidente da Câmara, de então, até nem eram muito abertos em receber os empresários e dar-lhes seguimento. Sabe-se que o secretário do Vereador do Urbanismo, gostava de estar ali na porta, saber quem entra e quem sai, os processos que se passavam, como é que se resolviam, como é que se dava o jeitinho político àquilo que se passava na Câmara. Dirigindo-se ao membro Pedro Torres, que disse aqui, que estava na cara que isto ia dar asneira, como que o executivo anterior não viu que ia dar asneira? Mas que o executivo anterior não viu que se estava a montar um esquema que ia dar asneira? Por acaso estranha isso. Estranha muito isso.-----

Afirmou que vai aqui, por razões do segredo de justiça, porque não está inibido de se pronunciar sobre este assunto, por isso está a falar com à vontade. Não vai falar de outros antecedentes deste processo, que ainda são anteriores a este processo, que se iniciou em agosto de 2021, há de 2020 e há questões anteriores relativas a este processo. Não o vai fazer, porque se não aí, levantaria outro tipo de dificuldades, outro tipo de questões que levaram àquele dia de setembro, em que este processo de licenciamento, isso será, seguramente, averiguado, mas é anterior à tomada de posse deste executivo e a qualquer decisão tomada pelos atuais responsáveis políticos do Município em relação a isto.-----

Disse que o membro Constantino Vaz falou aqui de tráfego, se ele falasse para trás, se calhar não era de tráfego, iria falar talvez de tráfico, outras coisas que não automóveis, para se perceber, de uma forma abrangente, o alcance daquilo que se tem em mãos.-----

Respondendo à questão do membro Romeu Sequeira sobre o processo de demolição, afirmou que ainda não proferiu o indeferimento, porque vai ser indeferido, do recurso hierárquico interposto pelo requerente, quando se fizer, ficará apenas pendente a questão da ordem de demolição, que irá também seguir os trâmites legais.-----

Para terminar, disse que nem o Presidente da Câmara nem o senhor Vereador foram constituídos arguidos neste processo, disponibilizaram toda a informação que lhes foi solicitada, não lhes foram pedidas declarações, portanto, foram apenas colhidos os elementos relativos aos processos, nos exactos termos em que foram comunicadas pelo Município, nas redes sociais, e portanto, aguardam a evolução do processo, com a certeza e a segurança jurídica e moral, de se ter chegado à Câmara e ter encontrado um processo instruído para aprovação nos exactos termos em que o foi. Todas as decisões, todas as informações são anteriores à tomada de posse deste executivo.----

No seguimento, o vereador **Ângelo Moura** retorquiu, afirmando que gostaria de usar da palavra para defesa da sua honra, porque considera ter havido uma acusação

direta ao anterior executivo, nomeadamente ao seu Presidente da Câmara, em face do proferido pelo Presidente da Câmara, respeitando no entanto, a decisão que a mesa venha tomar.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia**, para dizer ao vereador Ângelo Moura que como sabe, a intervenção dos membros do executivo camarário pressupõe uma de duas situações, diga-se assim: ou a anuência do Presidente da Câmara a quem pergunta se é dada autorização para que o vereador possa intervir.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que, com todo o respeito, não aceita nem a imputação de qualquer insinuação ao vereador Ângelo Moura nem autoriza a sua intervenção nesta Assembleia Municipal.-----

Retomou a palavra o **Presidente da Assembleia**, para dizer que a outra possibilidade, nos termos regimentais de o vereador Ângelo Moura poder intervir é por deliberação da Assembleia Municipal nesse sentido, referindo-se ao artigo 26.º, n.º 3, do regimento “ é concedida a palavra aos vereadores para intervir, sem direito a voto nas discussões a solicitação do plenário da Assembleia Municipal, ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal, não havendo anuência. Além disso, nos termos do n.º 4, do regimento, a mesa considera que não houve aqui fulanização do ataque que aqui foi feito.-----

Ainda assim, e aquilo que iria dizer, mesmo sem a posição tomada pelo Vereador Ângelo Moura pedia, tem pedido sempre, nos vários debates da Assembleia, que se usasse alguma prudência nos termos que se utilizam, designadamente expressões como o tráfico, pois em sentido político podem ser sugestivos de actuações menos licitas, e o debate parlamentar, tem sido esta sempre a postura da mesa, acha que os deputados reconhecem, é no sentido de se evitar este tipo de situações ambíguas, que às vezes o calor do debate suscita. -----

Ainda assim entende que não houve uma fulanização de um ataque "ad hominem" efectuado.-----

Em tudo o caso, se o plenário da Assembleia e tem-se essa prerrogativa, ainda que não seja no exercício da defesa da honra, se a maioria do plenário assim o entender e se for essa a proposta do vereador Ângelo Moura, o Presidente da Assembleia colocará nos termos do artigo 26.º, n.º 3 à consideração da Assembleia a intervenção do vereador, proposta que foi anuída pelo vereador Ângelo Moura.-----

Assim, Informou que estão presentes trinta e oito membros, portanto, nos termos do artigo 26.º, n.º 3 coloca à consideração do plenário a intervenção do vereador Ângelo Moura, tendo a mesma sido rejeitada com vinte votos contra, dezassete votos a favor e uma abstenção. -----

Interveio o membro **Ana Branca Carvalho** para fazer uma interpelação à mesa no sentido de se verificarem os pressupostos do estatuído no Regimento da Assembleia Municipal, artigo 26º nº 4, onde se prevê que “A palavra é ainda concedida aos vereadores, para o exercício do direito de defesa da honra”-----

Interveio o **Presidente da Assembleia**, para dizer que regista à intervenção do membro Ana Branca Carvalho, no entanto, repete, que não houve aqui nenhuma fulanização, nenhum ataque "ad hominem" ao vereador Ângelo Moura, em concreto, aliás a resposta estava a ser dada ao membro Pedro Torres e por isso e só por isso, a que o pedido foi rejeitado nos termos do artigo 26.º, n.º 4.-----

Interveio o membro **Pedro Torres**, para afirmar que, antes de se pronunciar, exatamente, sobre aquilo que aqui foi dito, deixar este desabafo, pois quem está ver lá em casa, quem está assistir aqui a esta sessão, que péssimo serviço se está a prestar à democracia, neste preciso momento.-----

Dito isto, disse que já sabia ou imaginava que o Presidente da Câmara iria ficar incomodado, parece que este tema o incomoda bastante. Regista, como é lógico, quando o Presidente da Câmara fica incomodado, não é a primeira vez que o registo seja sempre o mesmo. Para além de distribuir atoardas, para além de dizer verdadeiros disparates, no que diz respeito à sua pessoa, garante-lhe uma coisa, aquilo que foram as suas palavras, esbarram na couraça da sua indiferença, passam-lhe ao lado, esbarra por completo na couraça da sua indiferença. Porque aquilo que diz, é logicamente um verdadeiro disparate, como a vários se tem assistido.-----

Mas indo aos factos, para não se estar aqui a deturpar as coisas, o Presidente da Câmara falou muito bem nos times temporais, mas quem estiver a assistir a esta sessão, parece que o processo é todo ele controlado, de forma municiosa, por um qualquer maquiavélico que está no executivo. Ora todos sabem, quando os processos dão entrada no Município são, de facto analisados pela parte técnica, os times podem estar corretos, nem sequer os vai verificar, dá-os de barato, que as datas estejam corretas, acredita que sim. Até porque também, fruto das circunstâncias, o Presidente da Câmara tem tanto ou mais conhecimento do processo que ele. -----

O que acontece aqui é muito simples, de facto o projeto estava em condições de poder ser, realmente, avaliado, depois dos pareceres externos chegarem, inclusivé, aqueles que vieram por parte das entidades externas do Porto, inclusivé, pela própria autoridade de proteção civil. Só depois de este executivo tomar posse e de estarem no executivo, a que tinham que, logicamente analisar se aquilo cumpria ou não cumpria, se era ou não legal. O que aconteceu? Há uma coisa que sabe que aconteceu, foi por incapacidade, logicamente, de avaliar as coisas como elas deviam ter sido avaliadas. Mas isto também já não é de agora, já tinha dito antes. Dá de barato tudo o resto, deixe-se a justiça fazer o seu papel. Agora que, no mínimo, houve incompetência houve, houve, isso é factual, quanto ao resto, disse uma coisa, de facto, por vezes, em poucas palavras, principalmente, quando as pessoas estão assustadas ou quando têm medo ou quando estão encostadas, em poucas palavras revela-se muito aquilo que é personalidade da pessoa.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que, só queria perceber que disse o membro Pedro Torres quando afirma. "*Deixemos a justiça fazer o seu papel*".

Mas então, se é para deixar a justiça fazer o seu papel, qual foi a razão de dois membros do grupo municipal do partido Socialista, o membro Romeu Sequeira e membro Pedro Torres trazerem aqui um assunto que é para ser tratado pela justiça. Não o foi, foi para ser tratado politicamente. E portanto, politicamente, politicamente, a sua resposta é muito simples, este processo é da exclusiva responsabilidade do executivo socialista. Este executivo limitou-se a deferir um processo que estava instruído à data em que chegaram ao Município.-----

Aliás, relativamente à sua participação, limitou-se a determinar o embargo, não teve qualquer outra participação neste processo. E o senhor vereador do Urbanismo limitou-se a deferir uma proposta dos serviços e a indeferi-la quando se verificou que, de facto, havia uma situação de desconformidade com o plano de urbanização da cidade de Lamego, tudo o resto está lá no processo e teve os intervenientes que teve, que não foi este executivo em funções. Afirmou que esta é a única questão que há a dizer, sobre este assunto.-----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para dizer que o membro Pedro Torres, referiu aqui que foi prestado um péssimo serviço à democracia. Antes de mais quer esclarecer isto, como é evidente, muito legitimamente e na legalidade a posição do grupo municipal da coligação “Somos Lamego” votaram contra a possibilidade do vereador Ângelo Moura poder falar, porque é entendimento da coligação, que não foi, deliberadamente, aqui fulanizada esse juízo e essa intervenção que o Presidente da Câmara fez, Não se pode entender que foi dirigida a ele, em concreto, portanto, por essa razão, votaram da forma que votaram. E também, como se sabe e apesar de todas as divergências sobre muitos assuntos nas Assembleias, os vereadores, normalmente, não têm a possibilidade de falar, está plasmado no regimento. Lamenta muito que se volte a trazer aqui a questão das buscas, e uma pergunta tão direta, da forma que foi feita, se o Presidente da Câmara e o Vereador tinham sido constituídos arguidos, foi o membro Pedro Torres que o fez, desnecessariamente, já sabia que ia inflamar, sem necessidade nenhuma, e como ele disse e muito bem, isto está no âmbito das autoridades para o resolver, deixe-se as autoridades resolver o que é para resolver.-----

Uma coisa é verdade, e pensa que estão todos de acordo, o processo começa no mandato anterior, começa em agosto de 2021, nessa altura havia um conjunto de pessoas no exercício do mandato anterior, de gestão da Câmara. E até outubro de 2021 há um conjunto de processos, há um conjunto de elementos, um conjunto de aprovações., que são da responsabilidade de quem lá estava. O processo começa aí. Portanto, deixe-se as autoridades trabalharem e tentar perceber que estes são os factos. Depois as intenções, o processo, as ações de cada um, as responsabilidades que, entretanto decorreram, sabe-se que estão neste processo de averiguação, deixe-se trabalhar a justiça.-----

Contudo, há aqui um facto, que acha que é político também, parece claro, que sendo o processo formalmente iniciado em 17 de agosto de 2021, certamente, não deixaram de haver contactos preparatórios, faz parte do processo, não deixaram de haver elementos pedidos, como já disse, não deixaram de haver processos, não deixaram de haver pareceres positivos, como também já disse, até meados de outubro. Portanto, este processo também tem aqui duas partes, uma parte do executivo anterior e outra parte deste executivo que, diga-se em abono da verdade, já tomou as medidas que deviam ser tomadas, no sentido de resolver o processo.-----

Lamenta ainda, que o vereador Ângelo Moura queria falar, não faz sentido utilizar o facebook, para andar fazer comentários de bancada sobre um processo.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia**, para dizer mais uma vez, que está aqui para fazer os reparos, como tem feito, sempre, a bem da prudência e do funcionamento da Assembleia Municipal. Apela, novamente, ao bom senso, pois as contas das redes sociais são pessoais, cada um faz a utilização e responde pela utilização que faz das mesmas. E portanto, naturalmente num espaço de liberdade, pode-se fazer críticas uns aos outros, mas esse espaço de gestão da sua própria rede, fica ao critério de cada um.-----

Usou da palavra o membro **Paulo Barradas** para dizer que não entendam as suas palavras como qualquer tipo de manigância política, mas está muito desencantado com aquilo que aconteceu hoje nesta sessão da Assembleia Municipal, tinha que o dizer, que não estava nada, nada à espera.-----

Disse que vai deixar de lado a questão do processo, a questão da justiça, deixa isso tudo de lado, a justiça à justiça, os processos aos processos. Agora aquilo que não pode, e sente-se perfeitamente desiludido, a que em nome da transparência, não se dê a palavra a um vereador que quer intervir em defesa da sua própria honra. Disse ser claro que não foi fulanizada, pois indo ao artigo 26.º, n.º 4 do regimento, não foi fulanizada, mas alguém havia a dizer, um certo indivíduo que a “camisa azul às riscas, de calça de ganga, está a falar no púlpito, não é o Paulo Barradas” quem é que é neste momento? -----

Afirmou que houve aqui entre linhas, do tamanho do mundo. Todos os membros identificaram, com toda a clareza, com a transparência que a água límpida pode ajudar a ver, de quem que aqui se estava a falar. Portanto, diga-se que essa transparência democrática falhou, completamente, nesta Assembleia Municipal.-----

E mesmo relativo ao artigo 26.º n.º 3 do regimento, em que a Assembleia Municipal pode, querendo deixar falar um vereador, desculpem os membros da coligação “Somos Lamego”. Já uma vez disse aqui, que o PSD, esta coligação é o senhor Eng.º Francisco Lopes, ele agradeceu-lhe na altura, mas disse que não, mas é verdade que é. Os membros da Coligação vão-lhe perdoar, mas os membros da coligação “Somos Lamego” em termos políticos têm dono, não têm vontade própria, desculpem os membros da coligação, está a falar em termos políticos, está a falar em termos

políticos, e tão só, Perguntou aos membros da coligação, se, por acaso, o Presidente da Câmara tivesse dado indicação positiva para o vereador Ângelo Moura poder falar, se iam votar contra? Não votariam contra, votariam a favor. Portanto, aquilo que pode entender, é que, realmente, o grupo municipal da coligação “Somos Lamego” e muito bem, é solidário com o Presidente da Câmara, que é, realmente a sua referencia politica, é o seu pensamento politico, é a sua estratégia politica, é tudo em politica, para o grupo municipal da coligação acha muito bem,. Mas referindo-se aos membros da coligação, disse-lhe que há sempre algo que por vezes, se poe acima disso tudo, que é transparência democrática. Não vê mal nenhum que o vereador Ângelo Moura pudesse ter utilizado a palavra, não vê mal, absolutamente nenhum. -----

Reforçou que não entendeu, sinceramente, não entendeu este golpe democrático. E lamenta muito, sente pesarosamente a decisão que aqui foi tomada. E só por causa da questão da democracia, não tem a ver com processos, Também faz juízo de valor sobre essa opção, os membros da coligação fazem valor sobre a opção dele. Ele, democraticamente, aceita todas as opções, Mas também tem o direito democrático de lamentar determinadas atitudes, determinadas decisões. É só isso, só está aqui a lamentar, não está a julgar. Está aqui a lamentar, pois acha que foi uma pena, podia-se ter dado aqui uma lição de democracia, e infelizmente, não se deu, porque em democracia também cabe isso tudo.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para dizer que, relativamente à consideração aqui feita, sobre a atuação da mesa, nomeadamente no que diz respeito ao artigo 26.º, n.º 4, repete, não foi feita nenhuma referencia direta ao anterior Presidente da Câmara Municipal de Lamego, foi feita uma referência genérica ao anterior executivo, como já foi feita múltiplas vezes nesta Assembleia Municipal.-----

Disse que foi feita uma referência, concreta, ao Adjunto da vereação do anterior executivo, que se tivesse exercido o direito à defesa da honra, tê-la-ia dado com toda a naturalidade, não o fez, fê-lo na intervenção seguinte. E portanto, por essa razão e apenas por essa razão, a que não se referiu o artigo 26.º, n-º 4 e essa é uma prerrogativa da mesa, que naturalmente, percebe que discorde, mas que lhe pede que aceite.-----

Relativamente às restantes considerações, seguiu-se o regimento, foi a vontade da maioria, percebe que, cada um tire as suas ilações, mas aquilo que se fez aqui foi, sem donos, seguir o regimento. -----

Interveio o **Presidente da Câmara** para lamentar a intervenção do membro Paulo Barradas, pessoa que de resto, tem estima, mas não pode deixar de discordar, mas discordar frontalmente com a intervenção que fez. E dizer aos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”, que está muito reconhecido pelo apoio que lhe dão, não nesta votação concreta, mas em todas as atividades, em todos os desafios com que se confrontam no dia-a-dia. Portanto bem hajam por esse apoio, que

não tem nenhum tipo de dependência, relativamente ao Presidente da Câmara ou à figura do Presidente da Câmara, mas tem apenas o objetivo e o significado de pertença a um projeto político em que estão todos juntos.-----

Quer também voltar a refutar qualquer imputação ao vereador Ângelo Moura, pessoalmente, na intervenção que fez. As únicas imputações que aqui lhe foram dirigidas, foram, mesmo, pelos membros do seu grupo municipal, que aqui intervieram. Ele fez apenas uma referência genérica, genérica, não era dirigida nem ao anterior executivo, nem a ninguém em particular. Se alguém aceitou a carapuça, isso é uma situação que não pode controlar. -----

Relativamente a este assunto, volta às únicas sábias palavras aqui proferidas pelo membro Pedro Torres, o assunto está na justiça, deixem a justiça trabalhar. Era assim que se devia ter começado a discussão deste ponto e não terminado.-----

Usou da palavra o membro **Constantino Vaz**, para dizer que a intervenção do membro Paulo Barradas indigna muito, não só a nossa personalidade individual do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”, como a forma de se estar na política.

Os membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego” não têm dono, nunca tiveram, não têm dono de ninguém, Quando aprovam aqui documentos, estratégias ou moções, elas são discutidas pelo grupo municipal, e quanto ao funcionamento da Câmara, são discutidas com o Presidente da Câmara e com os respetivos vereadores, que estimam, mas não vão dizer o amem. Os membros da coligação são donos das suas consciências, da sua liberdade individual, da crítica, não se rebaixam a ninguém. Se calhar, até diria, quem se baixou na moção antes discutida, referente `a questão do hospital, foi o partido socialista ao Governo central, aí a que foi. Não tiveram coragem, e depois vêm com este ruído político, como foi o caso do membro Olga Ramos. Pois aquelas pessoas, aquelas senhoras, que estão nas maternidades deste país e têm que correr quilómetros para serem atendidas. Isto para dizer que os membros da coligação não dizem amem, cada um tem a sua consciência, fazem as suas críticas. Agora, quando estão na Assembleia, todas as posições que tomam, é em consonância com aquilo que é discutido com a Câmara, e em concreto, neste caso, já foi mais do que uma vez explicado, que não estava em causa o vereador Ângelo Moura.-----

Portanto o partido Socialista que não venha por ramos onde não os há. Que os ponha talvez neles. Talvez seja esse o princípio do partido Socialista, dizer amém a quem está lá acima. Os membros da coligação não o farão.-----

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira**, para em primeiro lugar responder ao membro Constantino Vaz, relativamente à sua primeira intervenção, pois o grupo municipal do partido Socialista, aliás, todos nós aqui presentes, aliás, vai mais longe, todos os lamecenses estão interessados em capitalizar investimento para o Concelho. É algo que já não se coloca. Agora confundir isto com o que é ilegal, é que não se pode confundir. É óbvio, que se quer todo o investimento possível neste Concelho,

mas tem que se sufragar aquilo que é a legalidade. Era o que faltava, só porque é um investimento bom para este Concelho, não se aplicar aquilo que é a legalidade que todos têm que cumprir. Por isso, disse ao membro Constantino Vaz, acha que neste aspeto é algo que deve ficar bem forjado, que todos comungam. Há que passar por aquilo que refere, da análise e do rigor. Porque é assim que todos têm que estar nas suas vidas, não só na política, mas também na vida pessoal.-----

Depois, relativamente ainda a uma outra questão que o membro Constantino Vaz levantou, naquilo que é a mobilidade dos transportes, dos camiões, naquilo que é a saída, na movimentação desse centro vínico de que se está a falar. Disse que o que eram as Frutas Douro Sul há vinte anos atrás não é o mesmo que agora. Aliás, nós próprios temos regras novas em termos de mobilidade urbana, é obvio que se tem que ter um plano estratégico, a médio e longo prazo, não apenas pensar naquilo que é o presente, mas o que vai ser amanhã, para se conseguir ter uma mobilidade efectiva nesta cidade. Não se pode esquecer que esta cidade sofre da falta de uma mobilidade em condições. Não existe uma circular externa, este é um problema crítico, por isso, é óbvio, que isso deve ser debatido e deve ser analisado de forma rigorosa. Também não sabe qual é a melhor solução, agora que é preciso colocar essa questão é. Porque as máquinas que são associadas em termos de mobilidade a um centro dessa envergadura, são de facto pesadas, por isto merece esta análise.-----

Relativamente à questão da coligação "Somos Lamego" não ter concordado, de forma democrática, porque é assim que está o regimento, para que o vereador Ângelo Moura se pronunciasse a uma interpelação. Podem considerar indireta, podem considerar isso de várias formas, mas houve, de facto, aqui uma interpelação. E só lamenta, vai-se cingir a isso, porque tem bons amigos no grupo municipal da coligação, todos querem o melhor para este Concelho, e bem sabe que existem aqui pessoas de bem, pessoas amigas e, tem pena que não tenha sido dada oportunidade, para que o vereador Ângelo Moura se pudesse pronunciar. Porque o debate, assim como se tem aqui, deve ser sempre feito, e era isso que se iria assistir, a um debate, para já perante um tema que tanta importância tem.-----

E, pegando neste mote, neste tema, como falou o membro Pedro Torres, que inclusivamente, isto vai sempre ter com o processo de embargo, pois está aqui com algumas dúvidas. Porque segundo o que ele disse, houve primeiro a denúncia por parte do morador, e depois, é que foi emitida a licença e depois é que foi, entretanto, emitido o embargo, embora não seja isso que consta no despacho. Aquilo que vê no despacho do embargo, é o licenciamento da obra, entretanto há aqui a posição do morador, e depois é que se faz o embargo. Disse que, quer ser esclarecido, de uma vez por todas, pois já está farto disto, confessa.-----

A seguir, relativamente à questão do licenciamento, não se pode tapar o sol com a peneira, uma questão foi a entrada do processo, no mandato anterior, na Câmara Municipal. E como é óbvio, existem procedimentos por entidades externas, para

averiguação desse processo. Agora não pode haver dúvidas em relação a uma situação. Aquela licença é emitida este ano, a análise por parte dos serviços camarários, independentemente de ser um erro técnico, e eles existem, já se debateu isso, mas o que é certo, não pode ficar nenhuma dúvida, é que a licença foi emitida neste mandato. E é isso que interessa. É isso que tem que ficar registado.-----

Usou da palavra o membro **Olga Ramos**, para esclarecer o membro Constantino Vaz, que, de facto, o rigor que usou em proferir o seu nome, era o rigor que devia usar no conteúdo da sua intervenção. Em nenhum momento falou da maternidade, pode puxar a conversa atrás, veja aquilo que eu disse e retifique aquilo que proferiu. Pois quando falou em ruído, mantenho o que disse, o ruído em questão às urgências da unidade hospitalar de Lamego, nunca em momento algum se referiu às maternidades. Portanto, o membro Constantino Vaz deve ser rigoroso na análise e na discussão que coloca. Disse que aqui não vale tudo, portanto o membro Constantino Vaz vai desculpá-la, mas ela sabe muito bem, lembra-se muito bem do que acabou de falar, pois foi há pouco tempo.-----

Reforçou que em momento algum falou das maternidades, essa foram as palavras do membro Constantino Vaz e não as suas. -----

Usou da palavra o membro **José Manuel Correia**, para deixar claro, em relação à última intervenção do membro Romeu Sequeira que este debate que todos gostariam de ver, não está previsto acontecer, não vale a pena ir por aí, pois esta Assembleia não é feita para fazer este debate. Isto nunca aconteceu, lembra-se do mandato anterior, tantas e tantas coisas que se disseram e os vereadores nunca falaram., ouviram e depois tomaram a sua posição e fazem o seu juízo de valor. Coisa que a bancada do PS também não tem que fazer à bancada da coligação, que é um juízo de valor que é respeitado. E tem que entender que no entendimento da coligação, o Presidente da Câmara quando falou não se referiu especificamente ao vereador Ângelo Moura. Esse é o entendimento que tem que respeitar da parte da coligação. Foi tão só por isso que se tomou a decisão que se tomou. -----

Para esclarecer, afirmou que o licenciamento foi feito, é verdade e foi corrigido, e este licenciamento teve por trás um erro que foi reconhecido e o processo foi, claramente, feito de acordo do que é preciso fazer, atribui-se um licenciamento errado, reconheceu-se isso, reverteu-se o processo, embargou-se a obra. O resto é o que está a dizer, são processos deste processo geral, deixe-se trabalhar quem tem que trabalhar, para saber o que aconteceu. Com calma, ponderação, acha que o que tem faltado aqui, este assunto escusava de ter vindo aqui desta forma, é a sua opinião muito pessoal, todos tinham ganho muito mais com isso, deixe-se trabalhar as pessoas que têm que trabalhar e espere-se pelos resultados. -----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que a sequência de procedimentos e de ações estão no processo, estão bem transcritas para o despacho de embargo, como já referiu, foi o único ato que proferiu nesse processo.-----

Relativamente à aprovação de um projeto com vista ao licenciamento há dois momentos fulcrais, um é a aprovação do projeto de arquitectura que decorreu em outubro passado e o segundo é o licenciamento da obra após a apreciação das especialidades e de todos os projetos de especialidade. E portanto, isto está, devidamente, transcrito, quer nos diversos despachos que foram proferidos, quer nas informações técnicas dos serviços, quer em toda a documentação do processo. Portanto, não há nada a esclarecer, é o que está patente nos documentos, que é a realidade dos factos. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que se quer associar ao requerimento aqui feito, verbalmente, pelo membro Pedro Torres e até, se calhar, ampliar o seu proposto e pedir à Câmara Municipal que facultasse à mesa e depois a mesa aos senhores deputados municipais, todos estes elementos que compõem o processo até à tomada de decisão, e que no fundo fazem parte da instrução do processo, até à tomada de decisão, pois o despacho de embargo já foi distribuído.-----

Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Cambres** para cumprimentar todos os presentes, e um especial cumprimento ao Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem. Também para agradecer ao Presidente da Câmara o facto de ter realizado na Vila de Cambres a corrida dos cavalos, no dia 3 de maio, que foi um sucesso, e um agradecimento especial ao vereador José Pinto. Disse que contínuo receptivo para outros eventos que queiram fazer na Freguesia de Cambres.

1.1.**ASSUNTO:** APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2022-----

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros. Feita a contagem verificou-se que estiveram presentes trinta e sete membros, existindo seis não votos de membros que não estiveram presentes naquela sessão.-----

Deliberação: Aprovada por trinta e um votos a favor e seis não votos., por não participarem naquela sessão.-----

1.2.**ASSUNTO:** INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para perguntar aos membros que integram os diversos órgãos como representantes da Assembleia Municipal, se participaram em alguma reunião, mas crê que não houve nenhuma reunião dos órgãos onde têm representação, não houve nenhuma intervenção nesse sentido.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que foi enviado um ofício, pelo Presidente da mesa da Assembleia, em vinte e um de junho de 2022, com o seguinte teor, que se transcreve na integra:-----

“Considerando o disposto nos artigos 16.º, nºs 1 e 4 e 20.º, n.3 do Regimento, e em virtude de ter sido submetida à mesa da Assembleia uma deliberação da Câmara Municipal de Lamego, em 21 de junho de 2022, e da urgência que a mesma reveste, junta-se a seguinte proposta de inclusão à Ordem do Dia constante da convocatória remetida a V. Exa com a referência n.º 16, de 21.06.2022. «2.7 – Apreciação e deliberação da proposta de reconstrução e ampliação dos edifícios para empreendimentos de turismo em espaço rural – Castas Perfeitas, Lda.» ”-----

Afirmou que neste assunto quer dar algumas informações à Assembleia antes de se votar este ponto.-----

Assim disse que, aquilo que foi proposto pela Câmara foi o aditamento deste ponto à ordem do dia, desta sessão. Uma vez que já não se estava em prazo para aditar pontos à ordem do dia, aquilo que diz o regimento, e é isso que a mesa se limita a cumprir, é que tem que ser colocada à consideração por uma maioria qualificada da Assembleia Municipal. -----

Ainda assim, sobre este tema, em concreto, permitam-lhe que faça aqui algumas considerações: Aquilo que está a ser proposto é a inclusão no ponto da ordem do dia, com base ou com o fundamento num artigo, um artigo que se encontra revogado, que é artigo 64.º da Lei n.º 5/A, de 2002, e é este artigo que o Regulamento de Incentivo, de 2012 faz referência. O que também é normal, quer dizer, não é normal que em 2022 ainda o façam. Mas agora não há quem o faça, pois esta Lei foi revogada, em 2013. Portanto, um ano após a aprovação do Regulamento de Incentivo à Fixação, Reconversão e Modernização do Concelho de Lamego.-----

De acordo com o artigo 33.º, alínea o) da Lei 75 de 2013, que é a Lei que regula o funcionamento das autarquias, *“ compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de inventos de interesse para o Município.”.*

Ainda de acordo com o artigo 16.º , da Lei 73(2013, que a Lei que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, se refere, especificamente, às isenções e benefícios fiscais, este artigo 16.º dispõe o seu n.º 2: *“que a Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, aprova regulamento, contendo os critérios e condições, para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas relativamente aos impostos e outros tributos próprios”.*-----

Por sua vez, foi verificar aquilo que diz este regulamento de Incentivo, no seu artigo 4.º refere *“que o deferimento da concessão dos incentivos previstos, depende da classificação e prestação da atividade subjacente, como de interesse municipal, por deliberação de dois terços do total dos membros que integram o executivo municipal”*

E portanto, aquele que é o seu entendimento, é que, caso o executivo assim o entenda, pode remeter a esta Assembleia e deve, uma proposta de regulamento actualizado, contendo os critérios e as condições, com o reconhecimento das isenções

totais ou parciais ou objetivos ou subjetivas, relativamente aos impostos ou outros tributos. E não as propostas de deliberação em concreto, para os casos concretos. Aquele que é o seu entendimento é que essa e com base neste enquadramento legal que referiu, é que essa competência é uma competência do executivo, que a deve exercer nos termos da lei de funcionamento, da lei de financiamento e também do regulamento.-----

Disse ainda que confusão pode, eventualmente, ter sido criada, pelo facto de a lei que foi revogada, de facto atribuía diretamente a competência à Câmara Municipal, para reconhecer o interesse municipal deste tipo de projetos, e ao ser revogado pode a confusão ter surgido daí.-----

Afirmou que, com base neste enquadramento, que é o enquadramento que faz da leitura dos vários diplomas legais, naturalmente, que coloca á consideração da Assembleia, pedidos de intervenção sobre esta matéria. Sendo que, aquilo que colocará à votação, é se se adita este ponto à ordem do dia, que foi esse o ofício que foi enviado.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para dizer ao Presidente da Assembleia, depois daquilo que ouviu das suas explicações, que lhe parecem corretas e assertivas: Fruto, inclusivé, da revogação desse ponto, que faz essa alteração da forma como se aborda este assunto. Percebendo que está no cumprimento do regimento, não sabe até que ponto é que valeria estar-se aqui a discutir a colocação deste ponto, para a ordem de trabalhos, Porque acha que não fará grande sentido e apelava, neste caso, aos membros da Assembleia, até por uma questão de simplicidade de processos, que ficasse, no fundo sem discussão e pois isto, logicamente, deveria ter o devido enquadramento e dentro daquilo que é o cumprimento, que já está previsto a partir de 2013.-----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para dizer que a leitura que a coligação faz, é, exatamente a mesma, portanto pela coligação, este tema não irá constar na ordem do dia.-----

De seguida, interveio o Presidente da Assembleia, para colocar a proposta de aditamento à ordem do dia à votação.-----

Deliberação: A proposta foi rejeitada, com trinta e seis votos contra e duas abstenções.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que fica a sugestão ao executivo, uma sugestão do Presidente da mesa da Assembleia, caso queiram fazer chegar à Assembleia Municipal, alguma proposta revista do regulamento em questão, a Assembleia, naturalmente, no âmbito das suas competências, estará aqui para discutir e aprovar.-----

2.1.ASSUNTO: APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 7572013 E ARTIGOS 3.º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17.º DO REGIMENTO

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que, sobre a informação escrita passará em revista alguns eventos, os mais significativos, que se viveram desde a última Assembleia.-----

Quer salientar, em concreto, todo um conjunto de iniciativas e eventos que têm decorrido na cidade e no Concelho, particularmente neste mês de junho. Com o encerramento do ano lectivo, com o fim dos campeonatos desportivos, com o aniversário de um conjunto de entidades de grande destaque, na vida social e cultural da cidade, com os santos populares, com um conjunto de feiras e eventos que se tem desenvolvido, quase semanalmente. Tem sido, de facto, uma atividade imensamente grande. -----

Quer pedir a compreensão de todas as entidades, por às vezes, ter-se dificuldade em estar presente ou eventos simultâneos ou em eventos sucessivos, sete dias por semana. -----

Disse que tem procurado estar, a Vice-Presidente da Câmara tem a parte mais pesada dessa representação, na área da cultura, da educação e do desporto. Também os restantes vereadores, membros do gabinete, chefes de divisão. Procura-se, sempre, marcar presença, que nem sempre é possível. Agradecem, obviamente, toda esta iniciativa e empenho das associações e coletividades, das Juntas de Freguesia, tem havido muitas iniciativas e festividades nas freguesias. Procurara-se, como sempre, acompanhar, pedindo-lhes que relevem quando tal não é possível. -----

Em relação aos eventos, explicou que a Feira de Santa Cruz foi feita, excepcionalmente em Cambres. Mas lembra ao Presidente de Junta de Cambres que a autorização dada, não se lembra do ano, foi para ser realizada no Rossio da cidade de Lamego, ou seja, no centro da cidade, mas este ano foi em Cambres. Tem-se que pensar, como é que isso se corrige, ou então, como é que se volta ao modelo tradicional, e se consegue, obviamente, em Cambres desenvolver projetos, iniciativas e eventos que dinamizem a Vila e a Freguesia, à semelhança do que tem acontecido, felizmente noutros locais.-----

Abastecimento de água, está-se a fazer uma beneficiação geral dos depósitos de abastecimento de água.-----

Celebrou-se o protocolo, que já aqui foi referido, com a Junta de Freguesia de Sande, trata-se apenas de repor a legalidade, ou seja, afetar a distribuição de água na freguesia de Sande ao Município de Lamego, em toda a sua extensão. -----

Referiu uma reunião da CCDRN, com o seu Presidente e o Presidente da ARS Norte, sobre o financiamento do novo Centro de Saúde de Lamego. Como já se discutiu nesta Assembleia, o projeto do Centro de Saúde está aprovado condicionado. A candidatura está aprovada condicionada, não há tempo útil para executar o projeto até junho do próximo ano. Não há orçamento para suportar o projeto, nos moldes em que estava concebido, muito menos nos moldes, que serão exigidos no futuro, nomeadamente em termos de eficiência energética. E portanto, será necessário que o

projeto passe ou para o PRR ou para o Portugal 20/30. Já deram conta dessa necessidade ao Presidente da ARS, ao Secretário de Estado da Saúde, na visita que fez a Lamego, por ocasião do dia do Bombeiro, à Ministra da Coesão Territorial e à Associação Nacional de Municípios. Portanto está-se a pedir apenas aquilo que é lógico. -----

Se o projeto é prioritário, tem prioridade elevada, e foi financiado pelo 20/20, não sendo possível executá-lo, é natural que passe para o quadro subsequente, que seria o PRR ou não sendo possível, para o Portugal 20/30. -----

No que concerne à rede viária, disse que se começaram a fazer algumas intervenções na rede viária, pequenas reparações, tapagem de buracos com alguma dificuldade, tem-se tido dificuldade no fornecimento de betuminoso. Mas está-se a fazer um plano de reabilitação de rede viária, em todas as freguesias, já foram feitos os levantamentos, estão a ser priorizados, estão a ser medidos e orçamentados, para de uma forma paulatina, ao longo de todo o mandato tentar-se recuperar um pouco do mau estado, que todos reconhecem, das vias rodoviárias do Concelho.-----

Referiu-se aos recursos humanos, também já aqui referido, concluíram-se alguns concursos, nomeadamente aquele que preocupava mais, que era o dos assistentes operacionais das escolas. Estão neste momento a decorrer provas, decorreu agora a avaliação psicológica para outros concursos, que estão abertos, e outros foram, entretanto, abertos, respeitando o mapa de pessoal aprovado por esta Assembleia.---

Frisou as reuniões com os comandantes da PSP e GNR, mantém-se, naturalmente uma proximidade grande às forças de segurança, também ao CTOE, reúnem-se com regularidade. -----

Frisou também a monta da cereja, dizendo que é um evento de pequena dimensão, por estar circunscrito aos produtores da Penajóia. A nossa capacidade de produção de cereja está hoje disseminada, um pouco por todo o Concelho e é muito maior que esta. É um evento interessante, mas como diz localizado, dever-se-ia, eventualmente, repensar o modelo, e dar mais dimensão a esta componente da cereja, que é uma produção muito importante no Concelho de Lamego. -----

Protocolo com a Fábrica da Igreja de Sande, para apoio à construção do Centro Paroquial, um pouco à semelhança que referiu na introdução, do que se tenciona fazer com Valdigem, em relação a este espaço onde nos encontramos. E outros projetos que estão em apreciação.-----

Feira do Emprego, realizada no Multiusos, com a presença das escolas do Concelho e de empresas.-----

Falou ainda de “Lamego Cidade Poema”, um evento de natureza cultural, que foi realizado no Teatro Ribeiro Conceição.-----

Taste in Douro, é um evento promovido pelo Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, é um evento muitíssimo interessante e importante para a restauração. Teve-se cá essa participação, Compreende que os restaurantes e hotéis têm muitas dificuldades de

peçoal, e que não têm muitas vezes, para estar a prescindir de uma tarde para participar num evento desta natureza. Mas foi muitíssimo interessante, com a participação da Escola de Hotelaria e Turismo de Lamego, de elementos provadores do IVDP e também da Quinta da Pacheca, que era o produtor convidado.-----

Pediu-se para ser repetido o evento no final do ciclo, ou seja, voltar ao Município de Lamego, foi o primeiro Município a receber este evento, no pós pandemia. -----

23.º Aniversário do Parque Biológico de Lamego, Parque Biológico que é um equipamento importantíssimo no Concelho de Lamego, é um equipamento que vinca as nossas preocupações ambientais, preserva uma parte importante da Serra das Meadas, e que promove projetos e iniciativas de natureza pedagógica, muito viradas para o futuro, que são muito importantes.-----

Lançamento da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal, o Município tem-se confrontado com um problema gravíssimo. O Governo tem, neste momento, um projeto de lei para dar mais tempo aos municípios para abrirem os seus processos de revisão do PDM. Mas mantem-se a ameaça legal, de que, se não houver revisão dos PDM's, os municípios não poderão candidatar-se aos fundos comunitários. O Município de Lamego, terá, em princípio, até outubro para fazer a primeira revisão do Plano Diretor Municipal. Como são processos muito demorados, isso não é culpa dos municípios, é culpa do modelo legislativo, de um conjunto de pareceres e de intervenções, que são aplicáveis a esta metodologia. Optou-se por dois modelos de revisão alternativos. Um modelo de alteração, por mera modificação, que se limitará a incorporar, tudo o que é imposições legislativas, que decorrem por planos de ordem superior. E uma revisão, propriamente dita, que será um processo de fundo, um processo de planeamento, com uma intervenção que se quer que seja profunda, de todos os órgãos municipais, das Juntas de Freguesia, dos empresários, das populações, das associações, dos diversos sectores que têm implicação nesta matéria. -----

Referindo-se aos Caminhos de Santiago, tem-se tido uma participação empenhada nos Caminhos de Santiago, promovendo quer o caminho interior, quer o caminho de Torres. Fez-se uma ação de formação, que terminou com uma sessão com o arqueólogo historiador, Dr. Joel Cleto e um jantar no Bairro do Castelo.-----

Está-se a trabalhar na construção de albergues, que é um dos elementos em falta na promoção da nossa rede, é a questão do alojamento.-----

Presidência da República, o Senhor Presidente da República recebeu os Presidentes de Câmara, ele não pode estar presente, por questões de ultima hora, foi substituído pela senhora Vice-Presidente da Câmara, para receber os habituais afetos do Presidente da República, e transmitir também as preocupações dos municípios, nomeadamente do Município de Lamego, e dos Municípios do interior, em geral.-----

Referiu também o Dia Mundial da Criança, Bombeirinho de Ferro-----

Destacou o dia Nacional do Bombeiro, teve-se o privilégio de se contar com a presença em Lamego, do Presidente da Autoridade Nacional da Proteção Civil, do

Secretário de Estado da Saúde e do Ministro da Administração Interna, de resto, um homem que veio do poder local, do vizinho Concelho de Baião. Foi uma excelente iniciativa, que mostrou a capacidade dos Bombeiros de Lamego, a forma como se estão a preparar para os desafios a que são chamados, todos os dias, mas muito especialmente, no Verão, em época de incêndios, e tem-se já um conjunto de iniciativas a decorrer, nomeadamente a criação de uma 3.^a Equipa de Intervenção Permanente, a par de outras iniciativas e apoios que se dá aos bombeiros. -----

Feira Medieval de Lamego, disse que foi a primeira feira pós pandemia, também decorreu muito bem, com uma enorme participação da população, realizada na parte alta da cidade e no Bairro do Castelo. Dando ali um colorido e uma vida à parte alta da cidade, que também precisa destas iniciativas.-----

Assembleia- Geral da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, informou que o Município de Lamego retomou a Presidência da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, com o objetivo de promover ou dar seguimento ao processo que se vem a discutir há anos, de criação de uma identidade intermunicipal para a gestão das redes de água e saneamento. E há submissão de uma candidatura, para realização de investimentos, de fundo, de conclusão de redes e de renovação de redes em todos os municípios, em princípio, de Resende até Vila Nova de Foz Coa, na margem esquerda do Douro.-----

Reunião com o Centro de Tropas de Operações Especiais, tem-se tido diversos contactos, e haverá na nesta semana, o Dia da Unidade.-----

Associação de Municípios Portugueses do Vinho, o Município de Lamego continua a presidir à Assembleia Geral, fá-lo desde a primeira hora, Lamego foi parte dos doze Municípios fundadores desta associação, e desde essa altura que se está empenhado na vida da associação, que neste momento já ultrapassou uma centena de municípios. É, a par da Associação de Municípios Portugueses com Centro Histórico, de que também Lamego faz parte, são as maiores associações de municípios, logo a seguir a ANMP.-----

Feira da Bôla, foi também um sucesso, e teve em simultâneo, a realização de um programa da RTP, os " Chefs da Nossa Terra", com a participação empenhada de um conjunto de pessoas, nomeadamente a membro Maria Liliana, mas acha que foi eliminada na primeira eliminatória, mas o que conta é participar, e o que conta de facto, é passar-se uma imagem positiva desta cidade e Concelho, das suas produções locais, das suas potencialidades turísticas e empresariais, das suas gentes, e da sua capacidade de bem receber, está mais que comprovada.-----

Reunião da Recevin, teve-se duas reuniões da Assembleia Geral, que decorreu em Itália, e onde o Município de Lamego foi, de novo, reeleito para o Conselho de Administração. E depois a eleição da cidade europeia do vinho, em Bruxelas, onde o Douro, com uma candidatura subscrita pelos nove municípios, que são associados da Associação Nacional de Municípios Portugueses do Vinho. Mas com o apoio dos

dezanove Municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro foi o vencedor. Ou seja este conceito de associar municípios, em vez de se candidatar apenas uma cidade, não tinha acontecido em 2018, com a Câmara do Município do Peso da Régua, e que na altura não foi possível fazer aprovar essa candidatura, conseguiu-se agora, com a união de todos os Municípios do Douro, em torno desta iniciativa, que deverá no próximo ano de 2023, trazer à região um conjunto de eventos, alguns que fazem parte do calendário de eventos da Recevin. -----

Outros são já eventos pré-existent, promovidos pelos municípios, outros serão criados para promover os nossos vinhos, os nossos produtores e nossos territórios vinhateiros.-----

Referiu-se também às exposições caninas, uma exposição nacional e outra internacional.-----

Decorreu, durante a semana passada o aniversário da GNR, 13.º aniversário do Comando Territorial de Viseu e 100.º aniversário da chegada da GNR a Lamego, no dia 10 de julho de 1922.-----

Já referiu também aqui, a reactivação do Campo de Minigolfe do Complexo Desportivo de Lamego.-----

Afirmou que não está na informação escrita, deixa, entanto, aqui algumas referências, ao 20.º aniversário da Academia de Musica, que decorreu ontem. E aos 300 anos da Banda de Lalim. -----

À Meia Maratona do Douro, em que o Município de Lamego, também participa e uma grande parte do seu percurso decorre na margem esquerda do Douro, Concelho de Lamego.-----

Falou de um conjunto de eventos realizados nas freguesias, não apenas a celebração dos Santos Populares, mas também de outras iniciativas, como foi o dia da Freguesia de Britiande. -----

Também destacou a presença do Município de Lamego na Feira Nacional da Agricultura: Lamego esteve presente em três momentos, na abertura esteve o senhor Vereador das Atividades Económicas, com uma presença no Stande de Lamego. Esteve-se depois com os produtores de Lamego, nomeadamente. um conjunto de agricultores, que com o apoio de Lamego se deslocaram lá. Também se apoiou a APAV Douro, para a sua participação na feira. O Presidente da Câmara esteve ainda no sábado, na entrega de Prémios do Concurso Nacional de Vinhos, no âmbito da AMPV.-----

No que concerne ao hospital, às urgências e à obstetrícia, disse que não se perdeu agora muito, porque já se perdeu no passado, todos sabem aonde é que essas responsabilidades estão, eventualmente, diluídas, eventualmente, mais concentradas e personalizadas nalguns partidos e pessoas.-----

No que concerne à informação financeira e outra informação, disse que fica ao dispor dos membros da Assembleia, para qualquer pergunta concreta, que queiram fazer.-----

Deliberação A Assembleia apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara.-----

2.2 ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA CELEBRADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE FERREIRIM, PARA A REALIZAÇÃO DA OBRA “CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE EM BETÃO CICLOPICO PARA ALARGAMENTO DA ESTRADA DA RUA CENTRAL” – RATIFICAÇÃO-----

Presente à sessão da Assembleia a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Assembleia Municipal que, ao abrigo do artigo °164° do Novo Código Administrativo, seja ratificado o protocolo de cooperação técnica e financeira celebrado com a Junta de Freguesia de Ferreirim para a realização da obra “Construção de muro de suporte em betão ciclópico para alargamento de estrada na Rua Central”, considerando o interesse municipal no alargamento da estrada na Rua Central e a oportunidade obtida pela Junta de Freguesia de Ferreirim da cedência dos terrenos necessários para a realização da intervenção.-----

Mais se propõe que a deliberação seja remetida à Assembleia Municipal para efeitos de ratificação, nos termos do disposto no artigo 164° do novo Código de Procedimento Administrativo.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que, a relações financeiras entre o Município e as Juntas de Freguesias, são muito concentradas na delegação legal de competências, e na transferência de recursos para esse efeito. Discutir-se-á aqui um outro protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia de Lamego, precisamente, para dotar a freguesia dos meios necessários, para responder às competências que a Lei lhe atribui.-----

Contudo, não se pode esgotar nessa delegação legal, a relação entre os municípios e as juntas de freguesia. Há pequenas obras ou obras menos pequenas, que são necessárias nas Juntas de freguesia, que as juntas de freguesia querem promover, por sua iniciativa, mas que são, efetivamente, de interesse do Município, e às vezes até de competência do Município, tal como seja a intervenção nas redes viárias. -----

Está-se por isso, a discutir com todas as juntas de freguesia um conjunto de intervenções, que as juntas de freguesia irão levar a cabo, com apoio do Município. Ou seja, apoio na disponibilização de materiais e equipamento, na disponibilização de uma verba que suporte parte dos custos, em que as juntas de freguesia vão incorrer. --

Vai-se fazer por uma lógica, mas a lógica será é do acordo, quanto mais depressa se chegar a um acordo relativamente à prioridade dos investimentos a fazer, e à disponibilidade dos meios necessários, assim trará estes protocolos, que são os protocolos de cooperação técnica e financeira, à aprovação da Assembleia Municipal.

Porque da Assembleia Municipal? Usou este instrumento, pelo menos durante os seus três mandatos anteriores, de uma forma regular. Simplesmente, no plano de atividades e orçamento, era solicitada à Assembleia Municipal, uma autorização

genérica para a celebração destes protocolos, mediante as verbas já inscritas no orçamento. No orçamento que está em curso não se pediu essa autorização genérica, e portanto, tem que se trazer aqui todos os protocolos que vierem a ser celebrados. Prevendo-se que para a sessão da Assembleia Municipal de setembro, possam vir, pelo menos, quatro ou cinco protocolos, que já estão relativamente bem esboçados, quer no seu objecto, quer nas verbas necessárias para os levar a cabo.-----
Fica, obviamente, da parte dos Presidentes de Junta, que já deram as listas das obras, das necessidades, agora, ir acertando com serviços do Município, nomeadamente, com o Eng.º Fábio Duarte, secretário da vereação e com o Chefe da Divisão de Serviços Urbanos, as questões mais em pormenor, para que, se possa, o mais rapidamente possível levar a cabo protocolos com todas as Juntas de Freguesias ou pelo menos, com aquelas que decidirem optar por esta modalidade. Sem que isto signifique que as Juntas de Freguesias, terão que, obrigatoriamente, se substituir à Câmara Municipal, em pequenas obras ou trabalhos que haja para fazer na junta e que sejam da responsabilidade da Câmara, se o forem, e se houver condições para o fazer, pode-se fazer a mesma obra por administração direta do Município ou por cedência de materiais e máquinas, como se tem feitos em algumas condições.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

2.3. **ASSUNTO:** APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS PARA O ÓRGÃO DA FREGUESIA DE LAMEGO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

“A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, aprova a Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, dispõe no seu artigo 4.º que a transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, admitindo-se a sua concretização gradual, nos termos neles previstos.-----

Este diploma vem ainda reforçar várias competências das freguesias em domínios integrados na esfera jurídica dos municípios, como dispõe o n.º 2 do artigo 38.º.-----

Para concretizar esta transferência de competências, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, que define os procedimentos de transferência dos recursos (financeiros, humanos e patrimoniais) dos municípios para as freguesias.-----

De acordo com o Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, a materialização da transferência de competências exige acordo prévio entre as partes, município e freguesia, bem como a aprovação dos respetivos órgãos deliberativos. Sendo aprovada a transferência de recursos, o qual identifica quais as novas competências que passam a ser exercidas pelas freguesias e respetivos recursos financeiros, humanos e patrimoniais a transferir, nomeadamente as competências definidas nas alíneas a), b) e c), do n.º 1, do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 57/2019, com exceção das

previstas nas alíneas d), e), f), g), h), i), j), k), l), e m) do n.º 1 do Decreto-Lei n.º 57/2019, as quais serão exercidas pelo Município. -----

Tendo por base o quadro normativo aludido foram realizadas diligências entre o Município de Lamego e a Freguesia de Lamego, através dos respetivos presidentes dos órgãos executivos, tendo-se logrado obter uma proposta de acordo considerando o montante acordado em sede de acordos ou contratos respeitantes às mesmas matérias, de acordo com o quadro do anexo I que aqui se dá reproduzido.-----

Face ao exposto propõe-se:-----

Que a Câmara Municipal aprove a proposta de transferência de competências, e respetivos recursos, previstos nas alíneas a), b) e c), do n.º 1, do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 57/2019, (excetuando-se as alíneas d), e), f), g), h), i), j), k), l), e m) do mesmo diploma), para a freguesia de Lamego (Almacave e Sé), de acordo com o mapa anexo, e posterior submissão à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos legais.”-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que, com esta proposta que aqui apresenta, fechou-se, efetivamente, o conjunto das freguesias de Lamego, enquanto freguesias responsáveis por um conjunto de competências que a Lei lhe atribui, e que são suportadas por recursos financeiros transferidos do Município.-----

Afirmou que as competências que vão ser exercidas pela Junta de Freguesia de Lamego, e o montante que vai receber, resultaram de um acordo que foi negociado entre a Câmara e a Junta de Freguesia. Tal como aconteceu no passado em relação às outras juntas de freguesia.-----

Depois de alguma discussão, e depois de se consultar o histórico deste processo, ter-se verificado que não houve, de facto, uma capacidade do anterior executivo, de se acordar o valor que estava a ser pedido pelo anterior executivo da Junta de Freguesia. Partiu-se da base, que foi, exatamente, a mesma base, o Presidente da Junta de Lamego, pediu ao Município o mesmo valor que tinha sido pedido no mandato anterior. Fez-se esse esforço de aproximação, não sem, e isto que fique claro, porque é importante para os restantes Presidentes de Junta perceberem, porque é que se chega a um determinado valor, e não se chegou no passado. Não sem se discutir, um conjunto de competências que não estava previsto na proposta inicial, e que o Presidente da Junta de Lamego aceitou. -----

Disse que, quer em termos à redefinição da zona urbana rural, ou seja, a intervenção da junta de freguesia vai ficar mais abrangente, mais alargada para dentro da cidade, quer em relação a um conjunto de equipamentos que eram da responsabilidade do Município, que passarão agora a ser mantidos pela Junta de Freguesia. -----

Ou seja, vai-se, efetivamente, fazer um reforço financeiro significativo neste acordo, de cerca de quarenta mil euros em relação à verba que está ser transferida, Mas este aumento tem também, como contrapartida, um aumento da intervenção da Junta de Freguesia, num conjunto de equipamentos e espaço público em geral. -----

Acha que, como todos os protocolos de delegação de competências, que foram estabelecidos, presentemente e no passado, é uma iniciativa virtuosa. Acha até que o Governo nas transferências que faz para os municípios, devia aprender um pouco com aquilo que a generalidades dos municípios faz, na transferência para as juntas de freguesia. Ou seja, dialogar, negociar, e depois estabelecer um quadro de atuação articulada e harmonizada, que deixe conforto nos meios transferidos e nas competências desenvolvidas pelas juntas. -----

Sabe que as coisas mudam, e em relação aos protocolos celebrados no passado, há, efetivamente, uma diferença, significativa, nos custos incorridos pelas juntas, como seja custos de combustível, mão-de-obra, materiais que estão, substancialmente, mais caros. -----

Sabe que é um assunto que se terá de visitar, quando for o momento, estará aberto para essa discussão. Neste momento, pensa que, quando alguma forma colocar a Junta de Freguesia de Lamego ao mesmo nível das restantes, fica-se mais preparado, para poder continuar a discutir o princípio da subsidiariedade e a atuação das juntas de freguesia, que são o elemento mais próximo das populações, em diversas áreas de intervenção quer própria, quer por delegação do Município.-----

Usou da palavra o membro **José Manuel Correia**, para felicitar o executivo, por esta nova forma de gerir o Município. Afirmou que, como se percebeu da exposição do Presidente da Câmara, esta nova forma de abordagem, baseada em protocolos de colaboração técnica e financeira e também protocolos de descentralização de competências, parece o caminho certo para abordar a questão.-----

E é certo e é importante porque? Se bem se lembram, nos últimos quatro anos, da gestão do partido Socialista, o investimento nas freguesias foi zero. Nem redes viárias, nem redes de água e saneamento, nada disso. As transferências que se faziam, era transferências para manutenção das estruturas. Houve uma altura em que atribuíram quinze mil euros, valor igual para todas as freguesias, para fazer qualquer coisa, e isso não resolveu nada, e sobre isso, pensa que estão todos de acordo, de facto, o investimento que as juntas de freguesia tiveram, no mandato anterior, se não foi zero, foi muito perto.-----

Portanto e neste caso, felicitar este entendimento e este acordo com a Junta de Freguesia de Lamego, também o protocolo em relação a Ferreirim. E lembrar que este acordo refere apenas três alíneas, gestão e manutenção dos espaços verdes, limpezas das vias públicas, sargetas e sumidouros, a manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público e a execução daquele que seja objecto de concessão. Faltam ainda muitas outras alíneas, que serão importantes no futuro, como feiras e mercados, estabelecimentos de educação, manutenção, o licenciamento de publicidade. Não a transferência de recursos humanos e patrimoniais. Como o Presidente da Câmara falou, são cerca de cento e trinta e cinco mil euros, transferidos da DGAL. Não sabe o que pensa o partido

Socialista deste acordo, crê que está de acordo completamente com ele, mas a coligação “Somos Lamego” quer congratular-se com este acordo, dar os parabéns ao executivo das duas estruturas, nas pessoas do Presidente da Câmara e do Presidente da Junta de Freguesia de Lamego. Pois o caminho é por aqui., reforçar os instrumentos financeiros que dão um papel ativo às juntas de freguesia, mas também que lhe dá uma responsabilidade e o compromisso para a melhoria da qualidade de vida dos lamecenses e dos habitantes de cada freguesia. Isto é uma lei da vida. Atribuir uma missão, definir objetivos, fornecer os meios adequados para atingir os objetivos, avaliar e se a avaliação for positiva, estabelecer novos objetivos e dotá-los com os meios necessários para os atingir. Pensa que é este o objetivo que se tem em cima da mesa, os presidentes de juntas também saberão agarrar para futuro, no fundo é ciclo de melhoria contínua da qualidade, que a todos faz falta.-----

Este principio é um bom princípio de vida, é um bom principio da gestão camarária, um bom principio na gestão dos interesses das freguesias, parabéns às duas partes, é por aqui que os lamecenses ficam a ganhar.-----

Usou da palavra o membro **Samuel Martins** para dizer que, esta intervenção serve como declaração de voto, que se vai abster, mas que os processos de transferência de competências, neste caso do Município para a Junta, e também no caso do Estado para as autarquias, não são substitutos daquilo que é o processo fundamental, o processo da regionalização.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para dizer que, em primeiro lugar, logicamente, congratular-se por este processo de descentralização de competências para a freguesia de Lamego e pelo acordo alcançado.-----

Quer deixar aqui um esclarecimento, porque ficou algo que lhe parecia, sinceramente, parecia que agora se tinha aqui, uma nova novidade e uma nova forma de gerir e de estar. Com exceção, efetivamente, deste processo da Junta de Freguesia de Lamego, isto é algo que já vem de algum tempo. Mas, provavelmente, o membro José Manuel Correia, por qualquer lapso, não fez referência a isso, mas poderia e deveria dizer aqui que sim. Ainda bem, fica contente, que o atual executivo siga o bom caminho do anterior executivo, no que diz respeito a este tipo de processos, e portanto, que mantenha esse espirito para com os presidentes de junta, para, no fundo, como toda a comunidade, para de facto, intensificar este mesmo procedimento.-----

Disse ao Presidente da Câmara, que nem sempre estão em desacordo, neste caso estão de acordo. Fica também desde já aqui registado essa total disponibilidade, para visitar aqueles acordos que, efetivamente, já foram feitos, noutra altura e noutra momento. De facto, não com este crescimento exponencial de preços, que é de forma generalizada. Mas que centraliza muito as necessidades diárias das populações, principalmente, no que diz respeito aos custos de materiais, principalmente e inclusivé, naquilo que é necessário da necessidade de valorização individual, de cada um dos trabalhadores e daquilo que é o custo da mão-de-obra. Portanto, estarão, logicamente,

atentos e irá aplaudir, cada vez, que for revistado cada um deles, e daquilo que for o reforço de verbas, que de facto, verdade seja dita, já o disseram antes e ele, pessoalmente, também o diz. O mesmo valor entregue às freguesias, tem, sempre, muito mais rentabilidade e muito maior proximidade, do que aquele que é feito pelo estado central ou feito pelo município. -----

Usou da palavra o membro **José Manuel Correia** para afirmar que, é evidente que, ninguém descobriu o ovo de colombo agora, nem descobriu que a bola é redonda agora, problema não está no espirito e nas intenções. Está depois, naquilo que se consegue concretizar. O que é facto é que a concretização no mandato anterior, foi igual, como dizia o membro Pedro Torres.-----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com trinta e sete votos a favor e uma abstenção.

2.4. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICIPIO DE LAMEGO E A FEDERAÇÃO DE ANDEBOL DE PORTUGAL (FAP), PARA UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO DE LAMEGO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 33. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO DE LAMEGO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara propondo, nos termos do disposto no artigo 33º do Regulamento Municipal de Utilização do Complexo Desportivo de Lamego, que a Câmara Municipal e, posteriormente, a Assembleia Municipal delibere aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração referenciado em epígrafe, que se anexa à presente proposta, e que da mesma faz parte integrante e que tem por objecto a utilização do pavilhão desportivo e do alojamento do Complexo Desportivo de Lamego, para a realização do estágio da Selecção Nacional Sub-16 Feminina de Andebol da Federação de Andebol de Portugal, de preparação para o European Open 2022.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para fazer a exposição deste assunto e do outro a seguir. Dois pontos que são similares. Assim, disse tratar-se, efetivamente, de uma situação, que a seu ver, não teria necessidade de vir à Assembleia Municipal, mas o regulamento do Complexo Desportivo, é, efetivamente muito claro em relação a isso. Ou seja, qualquer utilização que passe por acordo, entre o Município e a entidade que o vai utilizar, carece de um protocolo aprovado em Assembleia Municipal. Parece, de facto um excesso, mas é isso que está previsto e é isso que se está a cumprir. -----

Ou seja, o Município só pode decidir, sobre a utilização normal do Complexo Desportivo de Lamego, nos termos em que está aprovado e previsto em regulamento, pagando as taxas que estão previstas no regulamento. Qualquer alteração a essa utilização, carece de protocolo e de aprovação na Assembleia Municipal. -----

Afirmou que veria estes protocolos como necessidade, justificação de intervenção da Assembleia Municipal, por exemplo, na situação dos protocolos que se têm com o Sporting Clube de Lamego, com os Cracks Clube de Lamego, com o Ténis Clube de

Lamego e com o Minigolfe Clube de Lamego, que de alguma forma, são parceiros do Município de Lamego, na gestão daquele espaço. Têm instalações dentro das instalações do complexo, e que, portanto, numa proximidade tão grande na gestão daquele equipamento, justifica que haja um protocolo que tenha o respaldo da Assembleia Municipal. -----

Em relação a uma utilização pontual, parece-lhe excessivo, mas é o que está regulamentarmente previsto, pelo que pede a aprovação de ambos os protocolos.

Usou da palavra o **Presidente da Assembleia** para dizer que, confessa que concorda com o Presidente da Câmara com essa interpretação, até porque há outro tipo de cedências, que também são aprovadas em reunião de Câmara para outros equipamentos do Município, que não carecem de vir à Assembleia Municipal, ter-se-á que se visitar o regulamento do Complexo Desportivo. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

2.5. **ASSUNTO:** APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICIPIO DE LAMEGO E A FEDERAÇÃO ACADEMICA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO (FAUD), PARA UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO DE LAMEGO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 33. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO DE LAMEGO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo nos termos do disposto no artigo 33º do Regulamento Municipal de Utilização do Complexo Desportivo de Lamego, que a Câmara Municipal e, posteriormente, a Assembleia Municipal delibere aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração referenciado em epígrafe, que se anexa à presente proposta, e que da mesma faz parte integrante e que tem por objecto a utilização do pavilhão desportivo e do alojamento do Complexo Desportivo de Lamego, para a realização do estágio das selecções universitárias de futsal feminino e masculino, de preparação para o Mundial de Futsal Universitário.-----

Deliberação: Aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor e uma abstenção, do Presidente da Assembleia Municipal, não em virtude do mérito da proposta, mas o facto de ser Presidente do Conselho de Disciplina desta Federação Académica. -----

2.6. **ASSUNTO:** APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 58º DO DECRETO-LEI Nº 21/2019, DE 30 DE JANEIRO.----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela faz parte integrante, propondo que a Câmara Municipal delibere aprovar submeter à Assembleia Municipal a nomeação do Conselho Municipal de Educação, nos termos constantes no anexo à presente proposta e que desta faz parte integrante, bem como, desde já, as substituições dos atuais representantes que venham a ser efetuadas pelas respetivas

estruturas e entidades que compõem este mesmo Conselho, ao abrigo do disposto na alínea s) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e no artigo 58º do Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11º e 31º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, para dizer que o Decreto-Lei 21/2019, vem atribuir à Assembleia Municipal, um conjunto de responsabilidades que também lhe parece fazer pouco sentido. Ou seja o Conselho Municipal de Educação é constituído por uma listagem de entidades previstas na Lei, que indicam os seus representantes. Apenas não estarão representados no Conselho Municipal de Educação, as entidades referidas na Lei, que não existam em Lamego, como por exemplo, representantes do ensino superior privado, uma vez que não temos ensino superior privado. Em tudo o mais, seguiu-se estritamente o que está previsto na Lei, quer em relação à representação da instituição, quer em relação à metodologia de designação do seu representante.-----

Em face disto, a representação de cada entidade é da responsabilidade da entidade que propõe, a constituição do Conselho Municipal que se trás aqui é aquela que a Lei prevê.-----

Deve dizer que, pelo menos, nos três mandatos em que foi Presidente da Câmara, o Conselho Municipal de Educação funcionou sempre e funcionou bem, está certo de que, com o empenhamento de todas as entidades que hoje são indicadas para este Conselho, essa situação voltará a ocorrer. -----

Afirmou ainda que a Lei prevê também, uma alteração, nomeadamente á periodicidade das reuniões, eliminando a reunião que era efetuada em maio, para aprovação do plano de transportes escolares e do plano de apoios sociais. Parece-lhe que é um erro, posto que, se, neste momento, no final de junho, se se fizer a aprovação em Conselho Municipal, ou em julho, que obrigue a lançar um concurso público para circuitos dos transportes escolares, ele nunca estará pronto no dia 1 de setembro, para a abertura do ano lectivo. Portanto, alguns ajustamentos que este modelo de Conselho Municipal de Educação, precisaria de levar.-----

Interveio o membro **Romeu Sequeira** para dizer que gostaria de aproveitar este tema para abordar a descentralização de competências na área da educação para este Município, ou seja, aproveitar também para fazer aqui uma questão ao senhor Presidente da Câmara, de que forma é que se encontra esse processo, na preparação para aceitação dessa competência, até porque, de certa forma, está já a decorrer um levantamento de necessidades por parte do Ministério da Educação, no sentido de apurar algumas obras de requalificação que possam ser necessárias, e que possam ser englobadas também na transferência de competências. -----

Recorda-se de, pelo menos, duas situações, não querendo colocar em risco ou

esquecimento de outras, mas nota, por exemplo, que a Escola Básica de Lamego e o próprio pavilhão do Agrupamento de Escolas da Sé, poderão ser dois bons exemplos para que possa existir, de facto, esse aproveitamento. Porque o objetivo, diga-se, da descentralização de competências, não é ter mais custos, mas ajudar de uma forma mais próxima. Assim como acontece na descentralização para as freguesias, no sentido de existir um apoio mais específico, mais direto à população, pedia assim ao senhor Presidente da Câmara se podia dar esses esclarecimentos.-----

Tomou a palavra o membro **Alita Carvalho** para começar por cumprimentar todos os presentes, bem como os cidadãos que acompanham esta sessão pelas redes sociais. Disse que, antes de proceder à deliberação desta proposta de nomeação do Conselho Municipal de Educação, pensa que seria oportuno, da parte da coligação, proceder a uma breve reflexão sobre a evolução das relações entre os diferentes agrupamentos de escolas e o município, bem como, perceber qual tem sido o papel do CME neste processo. -----

Se se fizer uma breve análise, verifica-se que o “exercício de competências pelas autarquias locais, no domínio da educação, é uma realidade com mais de três décadas”. Deste novo “quadro de competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais em matéria de educação”, a seu ver, destaca-se a salvaguarda pedagógica e curricular dos agrupamentos de escolas, no sentido de poderem gerir parcialmente o currículo do ensino básico e secundário, a partir de matrizes curriculares base e o direito de participação dos docentes no processo educativo.-----

Associada à pertinência da existência do Conselho Municipal de Educação, podem surgir-se várias questões, várias dúvidas:-----

- De que forma a existência do CME de Lamego tem influenciado/contribuído para o estreitar de relações entre o Município e os diferentes Agrupamentos de Escola?-----

- O CME tem, efetivamente, desempenhado a sua função no sentido de analisar e acompanhar o funcionamento do sistema educativo e, principalmente, apresentando propostas de ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência do mesmo, nomeadamente, ao nível da coordenação do sistema educativo e central da política educativa, com os restantes políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da ação social e da formação de emprego, entre outras competências?-----

- De que forma o CME gere e articula a participação dos diferentes elementos que o integram?-----

- Tem o CME sido um elemento ativo na discussão da Carta Educativa, salvaguardando a eficácia da mesma?-----

Estas são algumas das questões que lhe inquietam e que nos inquietam a todos, certamente.-----

Em jeito de conclusão, gostaria, apenas, de deixar umas pequenas notas/sugestões:---

- Seria, igualmente, importante que o CME reunisse, pelo menos, ordinariamente, no início e no final do ano letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado, conforme estipulado na sua legislação de funcionamento, facto que não se tem verificado;-----

- Seria importante, proceder à revisão/atualização da Carta Educativa visto ser um elemento fulcral em todo este processo educativo. A carta Educativa foi aprovada em Assembleia Municipal em 28 de fevereiro de 2007 e foi homologada em 29 de maio, até à data ainda não foi objeto de revisão, e, segundo o artigo 15º do decreto-lei nº21º/2019 de 30 de janeiro, a revisão da mesma deverá ser feita, obrigatoriamente de 10 em 10 anos.-----

Termina sua intervenção com três ideias que lhe parecem pertinentes retiradas de um pequeno texto que leu sobre esta temática, de Sara Torres:-----

- *“Quando o Conselho Municipal de Educação conseguir a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados então terá condições para promover ‘padrões de maior eficácia e eficiência’ na sua gestão”;*-----

- *“Se o Conselho Municipal de Educação procurar uma ação articulada entre todos os atores em particular entre os agrupamentos de escolas com o município, então poderemos caminhar para a definição de uma rede educativa estruturada e complementar que colmata as necessidades educativas;”*-----

- *“Quando os atores sociais forem considerados como vetor principal nas tomadas de decisão do Conselho Municipal de Educação, então, podemos estar perante uma manifestação de participação e democracia.”*-----

A presente proposta à Assembleia Municipal para nomeação do Conselho Municipal de Educação cumpre os requisitos de constituição contemplados no artigo 57º do Decreto-Lei nº21/ 2019 de 30 de janeiro e, por isso, o Grupo Municipal “Somos Lamego” irá votar favoravelmente esta proposta de nomeação do Conselho Municipal da Educação.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que, efetivamente, desde 1 de abril, está-se com as competências que a Lei prevê, que os municípios exerçam em termos de educação. Não se está na parte da Ação Social nem da Saúde, pode-se falar numa próxima Assembleia Municipal. Seria, aliás, muito conveniente que se fizesse. Na parte da Educação, como referiu o membro Alita Carvalho, há mas de três décadas que as Câmaras têm competência na área da educação, mas exerceram-nas, inicialmente, apenas no âmbito do primeiro ciclo, e essa intervenção tem vindo a ser alargada. Tem-se já uma experiencia considerada quer na gestão dos equipamentos escolares, quer na gestão de um conjunto de atividades de apoio social e extracurricular, na organização dos transportes escolares, na gestão do pessoal auxiliar das escolas do Concelho. Bem assim como na execução de obras de relevo, nomeadamente a construção dos centros escolares de 1.º ciclo, que são

equipamentos de grande dimensão, bem como a reabilitação da escola secundária latino Coelho.-----

Afirmou que o que falta para se fechar, em termos das estruturais da nossa rede, sem prejuízo de ela depois ter que continuar a ser mantida, é, efetivamente a requalificação da Escola EB/2,3, que é, absolutamente, urgente, é a escola mais desqualificada neste Concelho, tem muitos problemas, quer de conservação, quer mesmo de funcionalidade, e precisa de obras urgentes. E também da Escola Básica da Sé, sendo que neste caso, apesar da escola ter também alguns problemas de infra-estrutura, é uma escola que tem tido manutenção e tem condições de utilização ainda.-----

Já se deu a indicação no mapeamento que está a ser feito, dos equipamentos de educação, das Escolas EB/2,3 e Escola Básica e Secundária da Sé, para serem requalificadas nos próximos quadros comunitários PRR ou Portugal 20/30, com um valor estimado e indicativo de cinco milhões de euros para cada equipamento.-----

Há, de facto, outras necessidades que se irão colocar, quando se fizer a muito necessária reforma da carta educativa, revisão da carta educativa, e, eventualmente, algum ajustamento à rede escolar que se tem hoje no Concelho. Existe uma escola que não teve investimentos de volta, que é a Escola de Cambres Tem-se, efetivamente, uma necessidade de olhar para o Ensino Profissional, que hoje está muito concentrado na Escola Latino Coelho, está a falar do Ensino Profissional Público e formal, promovido pela Escola Secundária. E portanto, está-se a ponderar com o agrupamento da Escola Secundária Latino Coelho, apresentar uma candidatura ao PRR, para a reformulação do Ensino Profissional em Lamego.-----

Relativamente ao funcionamento do Conselho Municipal de Educação, tem confiança que o Conselho venha, efetivamente, a desempenhar as competências que a Lei lhe atribui e a fazê-lo nos moldes que o membro Alita Carvalho aqui referiu, de ser, efetivamente, um agregador de um conjunto de vontades da comunidade educativa e no seu todo olham para a educação, como um aspeto fundamental para o futuro das nossas crianças e jovens e portanto, para o futuro dos nossos territórios.-----

Informou que lançará o processo de revisão da Carta Educativa, muito brevemente, esperando que seja também um processo participado, não será tanto como a de 2007, porque se estava a discutir uma alteração de modelo, absolutamente, fulcral, que era o abandono das pequenas escolas das freguesias e a concentração da rede escolar em grandes centros escolares, ultrapassou-se essa fase, com dificuldades, mas também com muitas vantagens e virtudes do modelo, que são reconhecidos por todos. Mesmo assim foi uma discussão profícua que terminou com a aprovação da Carta Educativa, se não por unanimidade, pelo menos por alargadíssimo consenso. E o desafio que deixa aos membros da Assembleia, é que quando essa proposta vier à Assembleia, diria mesmo, antes de vir à Assembleia, enquanto estiver a ser discutida, possa voltar a envolver a todos, num desses combates e discussões, que vale bem apenas que é pensar-se em conjunto, no futuro da educação deste Concelho.-----

Deliberação: Aprovada por maioria, com trinta e oito votos a favor e uma abstenção.-----

2.ºPERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se houve nenhuma inscrição.-----

Interveio o **Presidente da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem**, para dizer que não podia deixar de registar aqui um facto, que é, efetivamente, importante. Pois quando se falou há um bocado em projetos, dever-se-ia ter abordado, desde já as suas desculpas. Pois a freguesia tem, como é conhecimento do Presidente da Câmara, um projeto levado a cabo, também tendo a iniciativa a senhora Ana Pinto Ribeiro, tentando prosseguir a ideia do falecido marido, Eng.º Pinto Ribeiro, no sentido de se zelar, sendo uma obrigação de todos, o património cultural de Valdigem. Disse que ela teve a amabilidade, também, junto da Universidade de Arquitectura do Porto, fazer deslocar cá uma equipa, para observar determinados monumentos que são, efetivamente, importantes, nomeadamente, uma janela numas ruínas, do século quinhentista, que é, efetivamente, importante e assim gostaria que o Presidente da Câmara registasse essa situação, para não cair por terra este tipo de iniciativa que é, efetivamente importante. -----

2.7- ASSUNTO: MINUTA-----

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

2.8- ASSUNTO: TERMO-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão às catorze. horas dez minutos . minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico